

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

ELIZÂNGELA CRISTINA DA SILVA ANDRADE

**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DO NORDESTE: políticas de funcionamento,
de conteúdo e mandatória**

**Recife
2020**



ELIZÂNGELA CRISTINA DA SILVA ANDRADE

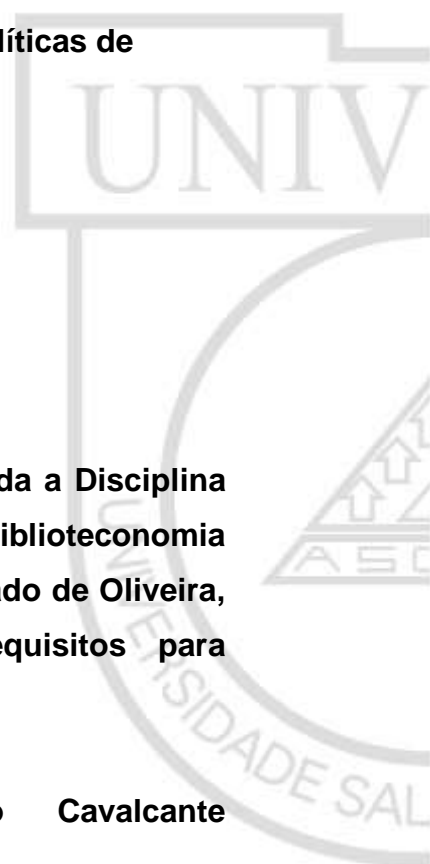
**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DO NORDESTE: políticas de
funcionamento, de conteúdo e mandatória**

**Monografia apresentada a Disciplina
TCC II do curso de Biblioteconomia
da Universidade Salgado de Oliveira,
como parte dos requisitos para
conclusão do curso.**

**Orientador: Rinaldo Cavalcante
Magallon**

**Coorientadora: Helba Maria da Silva
Mattos Porto de Oliveira**

**Recife
2020**



ELIZÂNGELA CRISTINA DA SILVA ANDRADE

**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DO NORDESTE: políticas de
funcionamento, de conteúdo e mandatória**

**Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade
Salgado de Oliveira como parte dos requisitos para conclusão do curso.**

Examinadores:

**Helba Maria da S. M. P. de Oliveira,
Professora/tutora da disciplina
Especialização em Docência Superior, Candido Mendes
Examinadora – UNIVERSO**

**Rinaldo Cavalcante Magallon
Professor/Tutor Orientador
Especialização em Administração Pública, Fundação CEPERJ
Examinador(a) - UNIVERSO**

**André Gomes Dantas
Professor/Tutor Convidado
Mestre em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense
Examinador(a) - UNIVERSO**



Somente através da ajuda da inteligência infinita de Deus é que este trabalho pôde ser concluído, por isso dedico este trabalho a Ele, o maior orientador da minha vida que nunca me abandonou nos momentos de necessidade.



AGRADECIMENTO

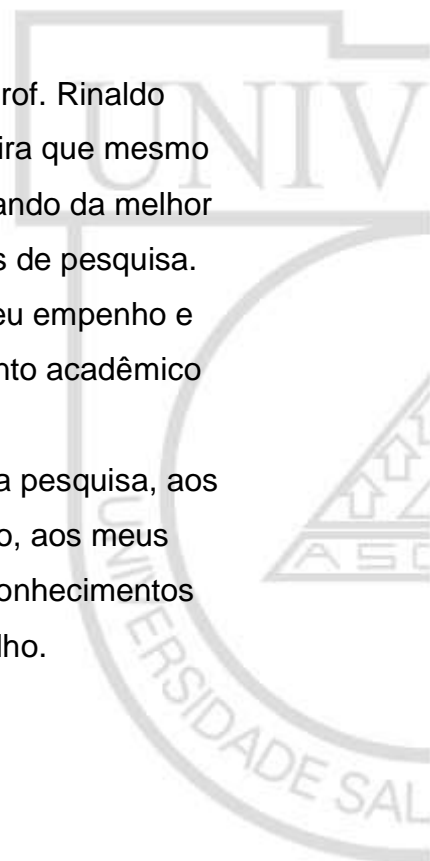
Depois de longos quatro anos com alguns percalços enfrentados pelo caminho, finalmente consegui finalizar uma etapa para a concretização de um sonho. Por isso, primeiramente, quero agradecer a Deus que em meio as dificuldades que passei me deu força e sabedoria para não desistir e seguir em frente com ânimo.

Quero agradecer o carinho e apoio dos meus pais: Ricardo e Josefa e minhas irmãs: Rosângela e Rosiane que compreenderam que em alguns momentos tive que abdicar de estar ao seu lado em razão das minhas atividades de estudo.

Também quero agradecer aos meus orientadores Prof. Rinaldo Cavalcante Magallon e Prof.^a Helba Maria da S. M. P. de Oliveira que mesmo com tantas ocupações se fizeram sempre presentes me orientando da melhor forma e contribuindo para o meu o aprendizado nas atividades de pesquisa.

Agradeço aos professores da UNIVERSO que com seu empenho e dedicação contribuíram para a construção do meu conhecimento acadêmico nesses quatro anos.

Por fim, agradeço às Universidades que participaram da pesquisa, aos meus companheiros do trabalho, aos meus colegas de curso, aos meus amigos, enfim, a todos que de alguma forma dividiram seus conhecimentos comigo contribuindo com a elaboração desse trabalho.



RESUMO

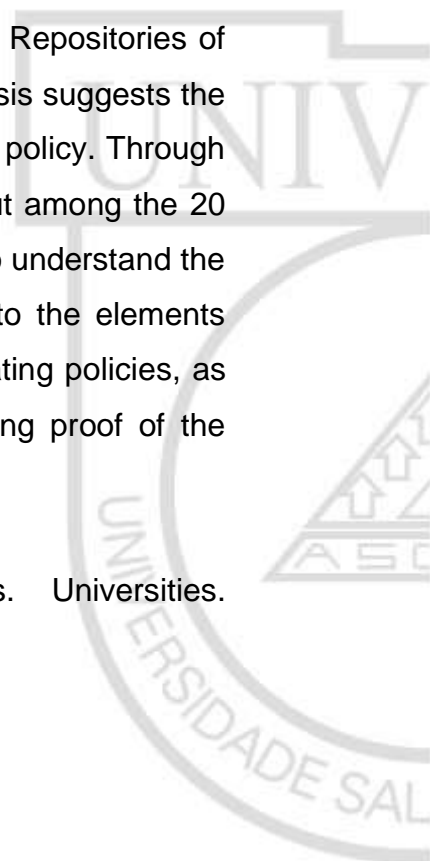
O advento da internet, o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação e o encarecimento da assinatura de periódicos científicos tradicionais fizeram os autores/pesquisadores buscar alternativas para solucionar os problemas de acesso a publicações científicas. A partir de então foram criadas várias iniciativas para a promoção do livre acesso no mundo, quando então surgiram os repositórios de acesso aberto. No Brasil, o IBICT tem criado iniciativas para incentivar as Universidades e Centros de pesquisas a criarem seus repositórios, com isso grande parte das Universidades têm aderido a construção de seus repositórios Institucionais. Diante disso essa pesquisa é uma investigação sobre os Repositórios Institucionais das Universidades Federais da Região Nordeste. A hipótese do trabalho sugere os elementos a serem observados durante a elaboração de uma política de funcionamento. Por meio de um levantamento bibliográfico e levantamento de dados foi realizado um estudo entre as 20 Universidades Federais nordestinas. O estudo permitiu compreender o conceito de repositório, analisar a tomada de decisões com relação aos elementos necessários para a implantação dos repositórios, analisar as políticas de funcionamento, assim como as de conteúdo, mandatória e de submissão; conduzindo a comprovação da hipótese.

Palavras-chave: Repositórios Institucionais. Políticas de Informação. Universidades, Região Nordeste.

ABSTRACT

The advent of the internet, the advancement of Information and Communication Technologies and the increased subscription to traditional scientific journals made authors / researchers look for alternatives to solve the problems of access to scientific publications. Since then, several initiatives have been created to promote free access in the world, when then open access repositories emerged. In Brazil, IBICT has created initiatives to encourage Universities and Research Centers to create their repositories, with which a large part of Universities have joined the construction of their Institutional repositories. Therefore, this research is an investigation on the Repositories of Federal Universities in the Northeast Region. The work hypothesis suggests the elements to be observed during the elaboration of a functioning policy. Through a bibliographic survey and data survey, a study was carried out among the 20 Northeastern Federal Universities. The study made it possible to understand the concept of repository, to analyze decision-making in relation to the elements necessary for the implantation of repositories, to analyze operating policies, as well as content, mandatory and submission policies; conducting proof of the hypothesis.

Keywords: Institutional Repositories. Information Policies. Universities. Northeast Region.



LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CC	Creative Commons
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNGP	Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa
ESAM	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
ESAP	Escola Superior de Agricultura de Pernambuco
EUA	Estados Unidos da América do Norte
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GPL	General Public License
IBICT	Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
IPA	Instituto de Pesquisas Agronômicas
IPV	Instituto de Pesquisas Veterinárias
IPZ	Instituto de Pesquisas Zootécnicas
MEC	Ministério da Educação
OAI	Open Access Initiative
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
RENERE	Rede Nordeste de Repositórios Digitais
RI	Repositório Institucional
SOMACS	Sociedade Maranhense de Cultura Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UABJ	Unidade Acadêmica de Belo Jardim
UAEADTec	Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
UAG	Unidade Acadêmica de Garanhuns
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri



UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
URP	Universidade Rural de Pernambuco



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	17
3	O ACESSO LIVRE ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E OS REPOSITÓRIOS	19
4	UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE	25
4.1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS.....	31
4.2	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.....	32
4.3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA.....	33
4.4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA.....	34
4.5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA.....	35
4.6	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.....	35
4.7	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.....	36
4.8	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.....	37
4.9	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.....	38
4.10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE.....	39
4.11	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.....	40
4.12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.....	40
4.13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	41
4.14	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO.....	42
4.15	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.....	43
4.16	UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA.....	44
4.17	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA.....	45
4.18	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO.....	46
4.19	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO.....	48
4.20	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.....	48

5	POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO, DE CONTEÚDO, MANDATÓRIA E SUBMISSÃO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS UNIVERSIDADE FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE.....	50
5.1	POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO.....	50
5.2	POLÍTICA DE CONTEÚDO.....	52
5.3	POLÍTICA MANDATÓRIA E DE SUBMISSÃO.....	53
6	RESULTADOS.....	60
7	CONCLUSÕES.....	69
	REFERÊNCIAS.....	71
	APÊNDICES.....	80
	ANEXOS.....	87



1 INTRODUÇÃO

O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm dado grande contribuição para o fazer científico, assim como para a forma de comunicar seus resultados. Até meados da década de 1980, os resultados de pesquisas científicas eram disponibilizados apenas em revistas científicas impressas com avaliação por pares (comunicação científica tradicional) sendo muito demorado e oneroso o percurso entre a finalização da pesquisa e a disponibilização para a comunidade científica, além do elevado custo para que os centros de informação e bibliotecas mantivessem as assinaturas dessas revistas.

Uma crise econômica que atingiu vários países, nesse período, dificultou ainda mais que os centros de informação conseguissem manter as assinaturas das revistas. Como forma de reação ao monopólio das editoras comerciais e baseados nos princípios da política de livre acesso, os cientistas e pesquisadores através de movimentos em prol do livre acesso desenvolveram vias alternativas de comunicação científica que permitem a disponibilização dos conteúdos em ambiente digital. Surgiram então a Via Dourada e a Via verde.

A via dourada são as revistas científicas com avaliação por pares que disponibilizam seus conteúdos gratuitamente, mas com fins comerciais. A via verde são os repositórios de acesso aberto em que os autores arquivam seus trabalhos que foram, ou serão publicados em revistas científicas, neste caso, sem qualquer custo tanto para quem publica quanto para quem tem acesso ao conteúdo.

A partir dessas formas de publicação científica, mais especificamente, através da via verde é que se desenvolveu a idealização dos Repositórios Institucionais de acesso aberto. Os repositórios institucionais são importantes canais de comunicação e disseminação da informação científica, além de dar visibilidade à comunidade científica pertencente às instituições mantenedoras.

A construção de um repositório institucional, ou seja, de um Repositório Digital que mantém as publicações de todas as áreas de pesquisa de determinada instituição, se assemelha a construção de uma biblioteca digital guardadas as devidas especificidades, pois a construção de um repositório

institucional tem como principal característica ser construído através de software livre.

Profissionais da ciência da informação juntamente com especialistas nas áreas de tecnologia da informação e comunicação vêm se debruçando em estudar formas de implantação, funcionamento e gestão de Repositórios Digitais. Tais estudos derivaram no desenvolvimento de vários softwares de código aberto, ou seja, softwares disponibilizados gratuitamente que permitem a implantação e gestão dos repositórios.

Atualmente existe uma boa variedade de softwares para implantação de repositórios. O que se precisa decidir é qual o software mais adequado às necessidades da instituição, a política de informação e de funcionamento do repositório, tais decisões necessitam ser tomadas com cautela e baseados em estudos tanto com relação a instituição como em relação aos objetivos a serem alcançados com a implantação do repositório. Isso definirá que tipo de repositório Digital será construído.

Para a implantação e uma gestão eficiente de Repositórios Institucionais, supõe-se através da visão de TORINO (2017) a observância de elementos como políticas de mandatos, tipologias, formatos e tamanho de arquivos, direitos autorais, embargo, ou seja, formas de acesso e formas de povoamento. Esses itens devem ser estabelecidos na política do Repositório obedecendo as recomendações das políticas de livre acesso para que estes repositórios tenham sucesso em seu funcionamento e sejam legitimados como ferramenta de acesso livre, preservação, comunicação e visibilidade da produção científica.

O Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) vem, desde 2005 com lançamento do Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre a informação, elaborando iniciativas para fortalecer o acesso aberto a informação científica. Em 2016 lançou o Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã que tem por objetivo apoiar e estimular iniciativas de ciência aberta no Brasil. Também lançou um projeto em convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para apoiar a implantação de Repositórios em Universidades públicas. O projeto consiste na concessão de kits tecnológicos, assim como treinamento para as equipes envolvidas na construção dos repositórios.

As iniciativas do IBICT para consolidar a implantação e uso dos repositórios Digitais em Universidades Brasileiras têm oferecido um importante aparato técnico e tecnológico e contribuindo assim para a tomada de decisões acerca dos softwares a serem empregados na a construção de repositórios. Conquanto, no que se refere às políticas de funcionamento, de conteúdo, mandatória e submissão, ainda é necessário compreender os estágios que envolvem esses processos para que assim se possa tomar decisões que contribuam para o sucesso do funcionamento do repositório.

Em virtude dessas lacunas e devido à complexidade que envolve a gestão de repositórios, é que se faz necessário um estudo que envolva o seu funcionamento. Neste cenário, esta pesquisa tem como objetivo identificar os repositórios institucionais das Universidades Federais da Região do Nordeste e analisar as políticas de funcionamento, de conteúdo, mandatória e submissão das referidas Instituições.



2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa do tipo exploratória que tem por objetivo adquirir familiaridade com a implantação e a gestão de repositórios institucionais com a finalidade de expor os componentes utilizados na implantação e compreender a política de funcionamento, pois como afirma Selltiz et al. (1965 apud OLIVEIRA, M. F., 2011), este tipo de pesquisa enquadra-se na categoria dos estudos exploratórios e como tal, busca descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado.

A pesquisa exploratória foi escolhida devido às suas características como: “processo de pesquisa flexível e não-estruturada, a amostra é pequena e não-representativa, a análise dos dados é qualitativa” (MALHOTRA, 2001 apud OLIVEIRA, M. F., 2011, p. 21), os métodos utilizados são amplos e versáteis podendo ser empregado o levantamento de experiências (MATTAR, 2001 apud OLIVEIRA, M. F., 2011) e pode assumir também a forma de pesquisa bibliográfica (GIL, 2002, p. 40).

Como mencionado pelos autores citados acima, os métodos de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados se enquadram como instrumentos utilizados em pesquisas exploratórias, e por tanto foram selecionados como procedimentos técnicos para execução desta pesquisa.

Tendo em vista o elevado número de Universidades Federais brasileiras, o tipo de amostragem selecionada para o estudo foi a amostragem estratificada que “caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada” (GIL, 2002, p. 122). Assim, as Universidades Federais da Região Nordeste representam um subgrupo da população das Universidades Federais brasileiras.

O instrumento adotado para coleta de dados foi o formulário por ser aplicável aos mais diversos, segmentos da população, por possibilitar a obtenção de dados facilmente tabuláveis e quantificáveis além de reunir as vantagens de outros dois instrumentos, o questionário e a entrevista (GIL, 2002). O formulário foi criado através do Google Forms, que é uma ferramenta lançada pelo Google para criação de formulários online e de forma gratuita.

A pesquisa foi realizada em três fases, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de conhecer as diferentes perspectivas

dos pesquisadores acerca de diretrizes que orientam a implantação e gestão de Repositórios Institucionais, tanto nos aspectos teóricos quanto práticos.

Na segunda fase foi feito um levantamento com o intuito de quantificar as Universidades Federais da Região Nordeste assim como conhecer seu histórico e áreas de atuação.

Na terceira foi realizado um levantamento dos Repositórios Institucionais das Universidades. Feito isto, foi encaminhado o formulário através do fale conosco ou do e-mail dos repositórios. No caso das Universidades cujo repositório não foi localizado, foi enviado um e-mail para a biblioteca da instituição para confirmar a inexistência do repositório.

A análise dos dados foi feita de forma qualitativa visando abordar os aspectos referentes aos componentes utilizados na implantação, assim como os referentes à gestão dos Repositórios Institucionais.



3 O ACESSO LIVRE ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

O fazer científico vem evoluindo através dos tempos, atualmente a ciência se utiliza do compartilhamento de dados de pesquisas como forma de contribuição entre pesquisadores. Assim as informações compartilhadas podem ser reutilizadas evitando que um pesquisador tenha que iniciar sua pesquisa do zero. Como afirma Oliveira e Silva (2016) essa evolução é pautada por rupturas de paradigmas científicos.

(...) a ciência moderna está experimentando o quarto paradigma científico. O primeiro paradigma ocorreu há mais de um mil anos e remonta à ciência experimental, pautada na descrição dos fenômenos naturais. O segundo paradigma ocorreu nos últimos 100 (cem) anos e tem a ciência teórica baseada nas principais descobertas teóricas, modelos e generalizações. O terceiro paradigma pautou, nas últimas décadas, a ciência computacional com base na simulação de fenômenos complexos e sustentados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Atualmente, a ciência se volta para a valorização do compartilhamento dos dados de pesquisa (HEY; TANSLEY; TOLLE, 2009 apud OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 10).

No novo paradigma, os limites ou fronteiras entre o conhecimento gerado na área de ciência e tecnologia e aqueles que precisam desse saber construído em pesquisas são ultrapassados e se tornam ilimitados” (PINHEIRO, 2014, p. 153-165). O compartilhamento de dados de pesquisa é possível graças ao avanço das tecnologias da informação e à Ciência Aberta. Oliveira e Silva (2016) afirmam que a ciência aberta é uma nova abordagem para investigações no contexto da comunicação científica e da ciência-cidadã e relatam que o termo Ciência Aberta pode ser representado por diferentes nomenclaturas como: Open Science, e-Science, Open Research, Research Science e Data Science.

Pinheiro (2014) menciona que a abertura e acesso a dados científicos e resultados de pesquisas a cientistas, pesquisadores e todos aqueles que precisam foi uma ampliação do conceito acesso livre. Nesse contexto é importante esclarecer que ciência aberta é um termo guarda-chuva no espectro da comunicação científica (ALBAGLI, 2015 apud OLIVEIRA; SILVA, 2016 p. 11). Dentre os termos englobados pela ciência aberta estão o livre acesso às publicações científicas, hardware científico aberto e ciência cidadã.

O acesso aberto a informação científica surgiu em consequência das dificuldades que pesquisadores enfrentavam com relação ao acesso à informação científica tradicional, Johnson (2002 apud FREITAS; LEITE, 2018) constata que o sistema tradicional de comunicação científica, isto é, os periódicos científicos pertencentes à editoras comerciais, limita mais do que expande a disponibilidade e o alcance as pesquisas científicas, pois o alto custo da assinatura dos periódicos é mantido muitas vezes apenas por instituições de pesquisa limitando o acesso à comunidade acadêmica. Essas dificuldades fizeram com que pesquisadores se mobilizassem para encontrar alternativas de se ter acesso às publicações científicas. O acesso livre é, ao mesmo tempo, resultado da reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas e da percepção do impacto provocado pela disponibilização de conteúdo científico livre de barreiras ao acesso (BAPTISTA et al. 2007).

Marcondes e Sayão (2009) relacionam as importantes iniciativas que foram realizadas para tornar o movimento de livre acesso uma política pública nos níveis institucional, nacional e internacional, a saber:

- Lançamento do ArXiv, em 1991 - primeiro repositório eletrônico, no laboratório de física nuclear de Los Alamos, Novo México, EUA;
- Convenção Santa Fé / Iniciativa de Arquivos Abertos (tradução nossa) em 1999. Santa Fé, Novo México, EUA - Propõe mecanismos tecnológicos de interoperabilidade entre esses repositórios eletrônicos para que o crescente número de repositórios que começa a se formar se torne um efetivo meio de comunicação científica;
- Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition (SPARC) – uma associação mundial de bibliotecas especializadas, através do manifesto Declaring Independence, 2001: “Por favor junte-se a mim DECLARANDO INDEPENDÊNCIA de editores e periódicos que não servem à comunidade de pesquisa” (tradução nossa);
- Declaração de Budapeste, em 2001 - Evento do Open Society Institute;
- Primeira Instituição Acadêmica a adotar o Livre acesso a sua produção, School of Electronic and Computer Science, Univ. de Southampton, 2001;
- Declaração de Berlin, em 2003;
- Declaração de Bethesda, 2003;
- WSIS 2003, Declaração de Princípios (UNESCO), compromisso com livre acesso;
- Resolução da Câmara dos Comuns, no Reino Unido, em 2004;
- Declaração de Salvador: Compromisso com o patrimônio, durante o ICML 2005 - Nono Congresso Mundial de Informações e Bibliotecas em Saúde, Salvador, Brasil;(tradução nossa)
- Manifesto pelo Livre Acesso, Brasil, em 2005;
- Projeto de Lei n. 1.12015, em 2007, política de Livre acesso para o Brasil;
- Decisão dos pesquisadores da Univ. de Harvard a favor do livre acesso, em 12 fev. 2008; (MARCONDES E SAYÃO, 2009, p. 16-17).

A Budapest Open Access Initiative em 2001 estabeleceu duas estratégias como forma de se disponibilizar o acesso livre às publicações científicas (BAPTISTA et al. 2007), a via dourada e a via verde. A via Dourada “refere-se às revistas científicas (ou revisadas por pares) que fornecem acesso livre aos artigos nelas publicadas” (KURAMOTO, 2009, p. 209) e não cobram assinatura nem taxas de acesso, e usam outros métodos para cobrir as suas despesas (BAPTISTA et al. 2007). A via verde “corresponde ao autoarquivamento, pelos próprios autores, de seus artigos publicados ou aceitos em periódicos científicos que adotem a avaliação pelos pares” (HARNAD et al., 2001 apud PINHEIRO, 2014, p. 156-157).

No processo de disponibilização de publicações científicas sem barreiras de acesso e através do depósito pelos próprios autores, os repositórios representam o mecanismo para sua concretização (PINHEIRO, 2014). Harnad e colaboradores têm frisado que a via verde é a estratégia que pode proporcionar de forma mais rápida o acesso livre a 100% da literatura científica (BAPTISTA et al. 2007).

Costa e Leite (2009) asseveram que a expressão repositório digital é utilizada para denominar os vários tipos de provedores de dados que constituem vias alternativas de comunicação científica, sendo que cada tipo de repositório digital possui funções específicas no sistema de comunicação científica e aplicações próprias voltadas para o ambiente no qual será utilizado. Os autores complementam informando que os Repositórios Institucionais assim como os Repositórios Disciplinares ou Temáticos e os Repositórios de Teses e Dissertações são tipos de Repositórios Digitais.

Como foco desta pesquisa é o repositório institucional, nos ateremos ao conceito destes que são dedicados a produção intelectual de uma instituição, especialmente de universidades e institutos de pesquisas (COSTA; LEITE, 2009). Marcondes e Sayão (2009) afirmam que “um repositório institucional é uma biblioteca digital e que se pode pensar no Repositório Institucional como uma base de dados na web”.

Kuramoto (2009) afirma que os Repositórios Institucionais constituem uma das principais iniciativas para a implantação do acesso livre no mundo e traz benefícios tanto para os pesquisadores como para as instituições. Com relação aos pesquisadores: proporciona maior visibilidade para as suas

pesquisas e a possibilidade de ser citado em trabalhos de outros pesquisadores, tornando-se assim mais conhecido no meio acadêmico. Em relação à instituição, Kuramoto afirma que as instituições que mantêm seu repositório atualizado ganham mais visibilidade e competitividade.

Repositório institucional é “um arquivo digital de produtos intelectuais criados por docentes, pesquisadores e estudantes de uma instituição, e acessíveis com poucas ou nenhuma barreira” (CROW, 2002 apud COSTA; LEITE, 2009, p. 163), “que se destina guardar, preservar e garantir livre acesso, via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição” (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p.9).

Quanto as características, Costa e Leite (2009) identificam três características necessárias para que um repositório seja classificado como Repositório Institucional de acesso aberto e assim seja considerado um instrumento do sistema de comunicação científica, a saber:

- A primeira característica é que os Repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica devem lidar exclusivamente com a produção intelectual da instituição e acrescentam outros dois aspectos: um deriva da condição institucional que impõe que o conteúdo armazenado no repositório deve ser em sua totalidade produzida por autores da instituição; o outro, de natureza científica e acadêmica, os autores alertam que o conteúdo armazenado neste tipo de repositório não deve possuir outra finalidade como é o caso dos documentos administrativos.
- A segunda refere-se à forma de alimentação da base de dados dos Repositórios e à interoperabilidade. Quanto a alimentação, os autores afirmam que deve ser feita através de autoarquivamento, em que o próprio autor realiza o depósito no repositório. A interoperabilidade se faz necessária, pois é uma questão imposta pela política de livre acesso. Essa capacidade possibilita a comunicação e a recuperação da informação em outros repositórios com mesmos padrões de metadados.
- A terceira característica está relacionada com os softwares para gestão dos repositórios. Os Autores esclarecem que estes softwares são desenhados pautados nas peculiaridades apresentadas pelos processos de gestão e comunicação da informação científica.

Quanto aos objetivos de um repositório, pode-se afirmar que são: o aumento da visibilidade da instituição, e a maximização do impacto das pesquisas em virtude da sua rápida disseminação em um canal de informação em acesso aberto. (CAMARGO; VIDOTTI, 2009; ROSA; TOUTAIN, 2009; RODRIGUES, 2010 apud COCCO; RODRIGUES, 2014).

Para Masson:

O repositório digital parece ter como objetivo preservar as publicações criadas em meio digital, ou as que são digitalizadas, referentes a artigos de periódicos, ou na web, os próprios periódicos e outros eventos, trabalhos de pesquisa, teses e dissertações para que constituam uma memória institucional e que possam ser acessíveis a quem quiser consultá-las (MASSON, 2008 apud FONSECA; SILVA, 2016, p. 100):

Para Costa e Leite (2009) um dos objetivos dos repositórios é preservar a produção intelectual e garantir o acesso amplo e irrestrito. É preciso ter em mente que o objetivo do repositório está vinculado ao tipo de instituição a qual ele pertence, Kuramoto (2009) explica que os objetivos do repositório determinam quais documento serão armazenados.

Algumas vantagens da publicação da informação científica em repositórios são: acessibilidade, publicidade, reconhecimento pessoal e facilidade de operação; preservação dos documentos; interoperabilidade com outros sistemas, evitando a duplicidade de tarefas operativas como por exemplo, a atualização curricular; facilidade de operação e, em consequência, a possibilidade de autoarquivo. Em relação aos autores as vantagens identificadas são o aumento dos níveis de citação dos documentos; a facilidade de reunião, em um único lugar, de dados, metadados e documentos de cada autor individualmente e da instituição/organização no seu conjunto (COVEY, 2011; GARGOURI et al., 2010; KIM, 2011; SWAN, 2013 apud RODRIGUES; RODRIGUES, 2014).

Além das vantagens mencionadas, Costa e Leite (2009) acrescentam outros benefícios ocasionados pelos Repositórios Institucionais como:

Benefícios para a ciência como um todo, pois, ao mesmo tempo em que cria fluxos alternativos de informação útil para a ciência, reforça e potencializa as funções da comunicação científica, o que, por sua vez, reflete positivamente no avanço e desenvolvimento científico;
Benefícios para as instituições que o adotam, pois ao mesmo tempo em que instituem ou sistematizam processos coerentes de gestão da

informação científica, as conectam com uma rede global e aberta de informação científica, melhorando, assim, seus processos de comunicação científica internos e externos e também a sua visibilidade(COSTA; LEITE, 2009, p. 181).

Nesse contexto é mister compreender que os repositórios constituem um serviço de informação científica, e não um veículo de publicação científica, que se dedica ao gerenciamento produção científica ou acadêmica de uma instituição. Sendo assim o Repositório Institucional contempla a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição como também de material já publicado por revistas científicas com avaliação por pares. Portanto, os repositórios institucionais são veículos de maximização da disseminação de resultados de pesquisa, dado que tornam seus conteúdos disponíveis e acessíveis amplamente (LEITE et al., 2012).



4 UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE

As Universidades são na maioria das vezes os principais centros de pesquisas dos países e, portanto, grandes produtoras de conteúdo científico, o que contribui para o desenvolvimento da ciência e sociedade. Isso é corroborado quando Sidone; Haddad; Mena-Chalco (2016 apud BORGES, 2019) afirmam que as universidades federais apresentam grande importância no cenário científico e tecnológico nacional, uma vez que grande parte da produção científica brasileira é desenvolvida em universidades, em especial nas universidades públicas.

Neste cenário onde as Universidades são grandes produtoras de conhecimento científico, e se tem a evidente necessidade de disponibilização deste conhecimento para a sociedade em geral, podemos tomar o entendimento de Souza et al. (2012) sobre as Universidades.

As universidades podem ser entendidas como facilitadoras da comunicação entre seus estudantes, professores e a sociedade, validando seu tripé ensino, pesquisa e extensão ao promover a disseminação do conhecimento científico e das pesquisas em andamento ou concluídas, assegurando ao público o direito de acesso às informações (SOUZA et al., 2012, p. 57).

Com o advento da e-Science, o compartilhamento dos resultados de pesquisas em ambiente virtual entre as comunidades científicas se tornou bastante utilizado. Dessa forma, os pesquisadores como mencionado anteriormente, reutilizam esses dados para subsidiar novas pesquisas, evitando assim que se realize um novo estudo sobre um tema cujo outro pesquisador já tenha pesquisado. Os repositórios são mecanismos utilizados para as publicações desses resultados, de forma livre e sem custos. Nesse cenário se torna essencial a implantação de repositórios para uma efetiva gestão, preservação, disseminação e disponibilização em acesso aberto dessas informações. Os repositórios, portanto, “são ferramentas essenciais de difusão do acesso aberto no mundo” (PIMENTA et al. 2016 apud BORGES et al. 2019, p. 246-247). E oportunizam que as Universidades e instituições de pesquisa se fortaleçam institucionalmente a partir da visibilidade da sua produção acadêmica (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

Para Souza et al. (2012), o conhecimento científico gerado dentro das universidades públicas e, portanto, com recursos públicos, deveria também ter

o caráter público para seu acesso. Nesse contexto “os repositórios institucionais servem também de fonte informacional na prestação de contas a sociedade de estudos e pesquisas desenvolvidas nas instituições públicas” (SOBRAL; SANTOS, 2017 apud BORGES, et al. 2019, p. 247)

Os Repositórios de Universidades têm credibilidade frente aos usuários de informação tendo em vista a reputação e credibilidade da instituição que o mantém. Para que o repositório cumpra seu papel de disseminador e preservador da informação científica, é necessário que a instituição elabore uma política institucional de informação que garanta a qualidade do material depositado no repositório, pois não se deve depositar qualquer tipo de material no repositório. Isso é corroborado com a afirmação de Gomes e Rosa (2017):

Um repositório institucional não pode ser assemelhado a um armazém, em que tudo o que é gerado dentro de uma instituição é colocado. Reforçando, o RI abriga a produção científica de uma instituição. Ele é uma das faces visíveis dessa instituição e, por isso, apenas material previamente sujeito a controle de qualidade (artigos já publicados, teses e dissertações já defendidas, livros, capítulos de livros, dentre outros) deverá ser depositado (GOMES; ROSA, 2017, p. 88).

Os repositórios são uma importante ferramenta de comunicação e de disseminação da produção acadêmica de uma instituição e propulsores do livre acesso. Isso se confirma quando Björk (2005 apud MUELLER, 2006) classifica os Repositórios Institucionais de Universidades específicas como um dos importantes canais para o acesso aberto. Esses repositórios segundo Rosa e Toutain (2009) têm por finalidade gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica, artística e cultural produzida pelas instituições.

“Os países subdesenvolvidos dependem do uso intenso dos resultados das atividades científicas e técnicas para fazer avançar suas sociedades” (TARRAGÓ, 2007 apud ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011, p. 136) e as comunidades científicas desses países têm mais a ganhar com a disponibilização da versão digital de sua produção científica em livre acesso tendo em vista as deficiências dos acervos das bibliotecas universitárias e instituições de pesquisa, particularmente, no que se refere a periódicos especializados (PALACIOS, 1997 apud ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011). Os ganhos, entre outros, são a preservação da memória da instituição, difusão da cultura da região, o desenvolvimento científico e tecnológico que contribui para o avanço de técnicas e práticas nas mais diversas áreas “além

da possibilidade das informações serem acessadas, permanentemente, pelos mais diversos usuários, tanto nacionais como internacionais” (ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011, p. 130).

Eloy Rodrigues menciona outros benefícios advindos da disponibilização dos resultados de pesquisas em livre acesso em seus Repositórios Institucionais:

As instituições de investigação, tais como as universidades, obtêm benefícios da disponibilização e disseminação dos seus resultados científicos em Acesso Livre através de repositórios institucionais. Entre outros, podem-se destacar os seguintes benefícios:

- aumento da visibilidade e presença na Web;
- maior impacto da investigação desenvolvida na instituição;
- promove a utilização dos trabalhos científicos produzidos na instituição;
- dota a instituição de um acervo científico único, completo, facilmente acessível e dos meios para analisar, gerir e avaliar a produção científica institucional de forma mais eficiente;
- funciona como portfólio das suas atividades de investigação e como um instrumento de marketing estratégico (RODRIGUES, E., 2009, p. 7).

As Universidades têm procurado implantar seus repositórios e incentivar seus docentes e discentes a publicarem seus trabalhos e assim contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico, assim como a preservação da memória institucional como afirma Boso (2011):

A implantação de repositórios nas Universidades Federais cujo objetivo principal é a produção de informação e conhecimento para o avanço científico e tecnológico por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão vem ao encontro da necessidade que a própria sociedade demanda, ou seja, a divulgação dos documentos nesses repositórios para além da preservação das publicações, mas também para a preservação da memória institucional e o acesso aos seus conteúdos (BOSO, 2011 apud BAGGIO, 2016, p. 49).

Diversos documentos de incentivo ao livre acesso foram elaborados no mundo como supracitado. No Brasil as iniciativas se deram com o Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica, posteriormente outros dispositivos foram criados como Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã. Além desses Boso (2011 apud BAGGIO, 2016) acrescenta outros dispositivos que tinham como objetivo incentivar as Universidades brasileiras a implantarem seus repositórios: Declaração de Salvador; Carta de São Paulo, de 2005, e a Declaração de Florianópolis, de 2006. Além dos documentos mencionados, existe o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011 que regula o processo de registro e

disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, assim como as unidades de pesquisa no Brasil. Esse projeto de lei propõe a criação obrigatória de repositórios institucionais (SOUZA; COSTA, 2017). Mas, até o presente momento a literatura sobre o tema tem mostrado que nenhuma iniciativa ajudou tanto as universidades brasileiras a implantarem seus repositórios como o Projeto IBICT-FINEP que disponibiliza kits tecnológicos e treinamento para as Universidades contempladas por seu edital.

De acordo com informações coletadas no site do próprio IBICT, até agosto de 2019, quarenta Repositórios Institucionais foram implantados tanto em Universidades como em Centros de pesquisa através deste projeto.

No primeiro edital do IBICT/FINEP logo após o lançamento do manifesto de apoio ao livre acesso, vinte instituições foram contempladas com o kit tecnológico para implantação, e cinco repositórios de Universidades foram escolhidos para que seus projetos fossem desenvolvidos, dentre estas estavam a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal da Bahia. Além do Kit tecnológico com um servidor para implantação já com o software livre DSpace e sistemas operacionais instalados, essas Universidades receberam assessoria para a implantação e gestão da ferramenta (SANTOS; ROSA, 2019). A concessão destes kits é em regime de comodato no qual as instituições se comprometem a manterem atualizados e fomentarem o livre acesso à informação científica através de políticas que incentive os autores a publicarem nos repositórios como afirma Santos e Rosa (2019).

Essas instituições comprometeram-se em implantar os seus repositórios institucionais com os recursos oferecidos pelo edital, e em contrapartida atuaram no desenvolvimento, manutenção e atualização destes, como forma de fomentar o acesso aberto na disponibilização de conteúdo (SANTOS; ROSA, 2019, p. 10).

Além das iniciativas citadas acima, foi criada uma rede regional colaborativa cujo objetivo é fomentar a implantação de repositórios institucionais.

Segundo Barbalho, Inomata e Galves (2019), incentivadas pelo IBICT, impulsionadas pela Rede Norte de Repositórios e conscientes das vantagens dos repositórios de acesso aberto (via verde) é que em 2018, as Universidades Federais do Rio Grande do Norte e de Pernambuco resolveram coordenar a criação da Rede Nordeste de Repositórios Digitais (RENERE).

De acordo com seu regimento, a RENERE tem por finalidade atuar colaborativamente na melhoria e em benefício da gestão, da disseminação, do acesso, do uso e da preservação da produção intelectual das instituições mantenedoras dos repositórios de entidades parceiras. As entidades parceiras da RENERE são as instituições de Ensino Superior e de Ensino Profissional e Tecnológico da Região Nordeste. Dentre seus objetivos, além de atuar em prol do desenvolvimento e sustentabilidade dos repositórios, estão: contribuir para a visibilidade, acessibilidade, usabilidade e difusão dos conteúdos digitais armazenados nos repositórios digitais das entidades parceiras e promover a construção de fóruns de discussão que garantam a adoção de padrões para melhores práticas em repositórios.

Em 2019, Santos e Rosa realizaram um estudo relativo às Universidades contempladas com o edital IBICT/FINEP de 2009 e constataram que as Universidades da Região Nordeste, com relação a quantidade de conteúdo disponibilizado, ainda possuem menor quantidade se comparado às da Região Sul e Centro-Oeste. Santos e Rosa também constataram que um dos problemas enfrentados pelas instituições é a falta de uma política institucional para o repositório. Isso evidencia a necessidade de se identificar como cada instituição tem tomado as decisões quanto as suas políticas a serem implementadas e assim os repositórios possam cumprir seu papel de gestão e disseminador de publicações científicas em acesso aberto

Nesse contexto as Universidades vêm investindo em seus programas de pesquisa, bem como na ampla divulgação das vantagens da publicação dos resultados de pesquisas em seus repositórios, tanto para a instituição como para os pesquisadores.

Os Repositórios Institucionais reforçam a ideia de que todos os materiais de pesquisa devem estar disponibilizados publicamente na internet, sem restrições de acesso, sobretudo as pesquisas desenvolvidas com recursos oriundos de agências públicas de fomento à pesquisa, tendo como exemplo brasileiro a CAPES, CNPq, FINEP (NUNES; MARCONDES; WEITZEL, 2012 apud BAGGIO, 2016, p. 47).

A importância dos repositórios institucionais para Região Nordeste se deve ao fato de que estudos científicos realizados por docentes e discentes podem ser disponibilizados a qualquer pessoa que dele necessite. Dada as peculiaridades da região, um estudo sobre a vegetação e solo, população,

mercado de negócios entre tantos outros que poderão servir, por exemplo, como fonte de informação atualizada para implementação de projetos de preservação do meio ambiente, para melhorar a produção na agricultura, implantação de empresas na região, assim por diante. É importante destacar que esse tipo de estudo dificilmente seria realizado por pesquisadores de Universidades que não estão situadas na região nordeste. Por isso a importância da implantação de Repositórios Institucionais e a ampla disseminação desses estudos para população, que certamente contribuirão para o desenvolvimento científico e tecnológico, econômico e cultural da região em que a Universidade está inserida.

“Mesmo nos países mais desenvolvidos, o número de pesquisadores de alto nível se concentra nas universidades e é onde a pesquisa científica se instala e se desenvolve com maior intensidade, apesar da escassez de recursos” (JANKEVICIUS, 1995, p. 328-329). As Universidades do Nordeste brasileiro têm dado grandes contribuições no campo da pesquisa. Um dos fatores que contribuiu para o crescimento da pesquisa na região nordeste foi o aumento do número de Universidades. Esse aumento ocorreu a partir de 2003, graças ao programa de expansão da Educação superior realizado pelo Governo Federal que alavancou a criação de Universidades Federais na Região Nordeste. Em uma breve pesquisa realizada no site do Ministério da Educação (MEC) constatou-se que na Região Nordeste, atualmente, existem 20 Universidades Federais incluindo as Universidades Federais Rurais. Segue a baixo a relação dessas Universidades e em seguida serão apresentadas algumas informações sobre essas instituições, como por exemplo, área de atuação nas pesquisas e cursos oferecidos. Estas Instituições comporão a amostra da presente pesquisa.

Universidades Federais da Região Nordeste:

- Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB);
- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);
- Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB);

- Universidade Federal do Ceará (UFC);
- Universidade Federal do Cariri (UFCA);
- Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG);
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- Universidade Federal de Sergipe (UFS);
- Universidade Federal do rio Grande do Norte (UFRN)
- Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF);
- Universidade Federal do Piauí (UFPI);
- Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR);
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB);
- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);
- Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE);
- Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)

Criada como Universidade de Alagoas através da Lei Federal nº 3.867 de janeiro de 1961, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no momento de sua constituição incorporou instituições de ensino superior existentes na época: Faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Ciências Econômicas, Engenharia e Filosofia, Ciências e Letras. Em novembro de 1966 através do Decreto-lei nº 53 que fixou princípios e normas de organização para as Universidades Federais, foi que a instituição assumiu a nomenclatura de Universidade Federal de Alagoas.

A Universidade Federal de Alagoas tem por missão:

Produzir e socializar conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo a formar acadêmica e profissionalmente sujeitos capazes de atuar de forma ética, inclusiva e democrática na sociedade (PLANO..., 2019, p. 52).

A UFAL oferece cursos em variados níveis educacionais: Formação na educação Infantil; Ensino profissional e Técnico e Tecnológico; Cursos de

graduação na modalidade de Bacharelado e Licenciatura; Cursos de Pós-Graduação nos níveis de aperfeiçoamento: Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado e Especialização inclusive na forma de Residência; Cursos sequenciais e Cursos de extensão. Os cursos são oferecidos nas modalidades presencial e a distância de acordo com o projeto pedagógico de cada curso. Concomitantemente às atividades de ensino, a UFAL oferece serviços gratuitos a população como por exemplo clínica odontológica, serviços de atenção à saúde mental e laboratórios, escola de música, teatro e dança, além de serviços sociais, como o escritório de assistência jurídica à população carente.

A UFAL está presente em vários municípios do estado de Alagoas com três campi: o campus A.C. Simões, sendo o campus sede localizado na capital Maceió; Campus CECA, no município de Rio Largo; Campus Arapiraca, na cidade de Arapiraca; Campus Sertão, localizado em Delmiro Gouveia; dez polos de Educação a distância presentes nos municípios de Palmeira dos Índios, Olho D'Água das Flores, São José da Lage, Matriz do Camaragibe, Maragogi, Penedo, Santana do Ipanema, assim como também Unidades Educacionais atendendo à juventude e à sociedade em geral da região.

No campo da pesquisa a UFAL vem sistematizando práticas de pesquisa e de inovação e realiza suas pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes, além das áreas de conhecimento classificadas como outras pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como: Biotecnologia, Ciências Ambientais, entre outras. De acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, a instituição conta com 375 grupos de pesquisa.

4.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

A Universidade Federal da Bahia é originária da Universidade Da Bahia. A Universidade da Bahia foi criada em 1946, e ao longo dos anos foi incorporando, no período de 1946 a 1950, diversas faculdades já existentes. Em dezembro de 1950 a Universidade da Bahia foi federalizada através da Lei nº 1.254, mas apenas em 1965 foi que a Universidade da Bahia passou a usar a denominação Universidade Federal da Bahia.

A UFBA tem como missão:

Produzir e disseminar ciência, tecnologia, arte e cultura, base para formação sólida de profissionais, docentes e pesquisadores que atuem dentro de elevados padrões de desempenho técnico e ético e sejam cidadãos comprometidos com a democracia e a promoção da justiça social (PLANO..., 2017, p. 65).

A UFBA se destaca pelo desenvolvimento do conhecimento científico em todas as áreas de conhecimento, não se concentrando em alguns poucos domínios, sendo importante destacar que foi a primeira Universidade no Brasil a oferecer cursos de música e teatro. Os seus cursos são ofertados nas modalidades presencial e a distância. Os cursos de graduação são ministrados nas modalidades de Bacharelado e Licenciatura e, os de Pós-Graduação nos graus de Mestrado e Doutorado, cursos de Especialização, inclusive na forma de Residência. Os cursos abrangem todas as áreas de conhecimento como mencionado. Simultaneamente a formação dos profissionais, a Instituição também conta com diversos Centros e Unidades que oferecem serviços à população, especialmente no campo da Saúde.

4.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB)

Diante da necessidade do estabelecimento de uma nova instituição federal de ensino superior na Região Sul do Estado da Bahia e sob apoio da UFBA é que foi Criada a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) através da Lei nº 12.818 de junho de 2013.

Em sua carta de fundação em 2013, a UFSB estabelece como razão de ser, termo utilizado pela instituição para anunciar sua missão, que se baseia em quatro direções:

Quatro vertentes conformam nossa razão de ser: produzir e compartilhar conhecimentos e técnicas, saberes e práticas; formar, educar e habilitar sujeitos nos diferentes campos e níveis; promover extensão universitária, em cooperação com instituições, empresas, organizações e movimentos da sociedade; fomentar paz, equidade e solidariedade entre gerações, povos, culturas e nações(2013, CARTA..., 2013. p. 8).

Localizada no Sul do Estado da Bahia, a UFSB conta com três campi: o Campus Jorge Amado – Itabuna, que é o campus sede localizado na cidade de Vitória da Conquista; campus Sosígenes Costa, na cidade de Porto Seguro e

Campus Paulo Freire, na cidade de Teixeira de Freitas. A instituição oferta cursos de graduação nos graus de bacharelado e licenciatura e pós Graduação com cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado.

Tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento regional do Sul baiano a UFSB tem desenvolvido projetos de pesquisa através de seus cursos de Pós-Graduação. Contando, atualmente, com 36 grupos de pesquisas, a instituição é atuante nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Agrárias, Engenharias, Artes, Geociências, Ciências Biológicas, ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências da Saúde.

4.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

Criada em julho de 2005 através da Lei nº 11.151, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) se deu a partir do desmembramento da Escola de Agronomia, sediada na cidade de Cruz das Almas, da Universidade Federal da Bahia. A Instituição foi criada com a finalidade de democratização do acesso ao ensino superior e de contribuir para a produção e difusão da ciência e da cultura, do desenvolvimento socioeconômico e cultural em especial da região do Recôncavo Baiano.

A UFRB tem por missão “Formar cidadãos criativos, empreendedores e inovadores, contribuindo para o desenvolvimento social, tecnológico e sustentável, promovendo a inclusão e valorizando as culturas locais” (PLANO...,2018, p. 17). Para tanto, oferece os seguintes cursos: graduação nas formas de tecnólogo; bacharelado e licenciatura e Pós-Graduação com cursos de Especialização, inclusive na forma de Residência, além de Mestrado e Doutorado. Além dos cursos presenciais, a instituição também oferece cursos na modalidade a distância e por regime de alternância dos tempos formativos que é uma “forma de organização dos processos políticos e pedagógicos estruturados em diferentes tempos/espços formativos” (PLANO..., 2018, p. 18).

A UFRB oferece seus cursos e desenvolve suas pesquisas nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Letras e Artes; Ciências Humanas; Arte e Patrimônio; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias e

Ciências Ambientais. Até o ano de 2018 a UFRB contava com 175 grupos de pesquisa atuantes nas áreas de conhecimento citadas.

4.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)

Assim como a UFRB, a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) foi criada a partir de um desmembramento da Universidade Federal da Bahia, sendo que a UFOB é originária do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da UFBA. Criada pela Lei nº 12.825 de junho de 2013, a UFOB tem como missão:

Defender e respeitar os princípios de gratuidade e excelência do ensino, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, universalidade do conhecimento e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias (PLANO..., 2019, p. 21).

A UFOB está presente em cinco cidades do Oeste da Bahia: o Campus Sede situado na Cidade de Barreiras, distante a aproximadamente 870 km da capital Salvador, e outros quatro campi denominados com nome do município em que estão situados, a saber: Campus Barra, Campus Bom Jesus da Lapa, campus Luís Eduardo Magalhães e Campus Santa Maria da Vitória.

A instituição oferece cursos nas áreas de Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais e Ciências Agrárias. Os cursos ofertados são: Graduação nos graus de Bacharelado e Licenciatura, e Pós-Graduação com os cursos de Especialização, Mestrado Profissional e Doutorado. Graças ao desenvolvimento e investimentos em seus programas de Pós-Graduação, atualmente, a instituição conta com 38 grupos de pesquisas distribuídos nas áreas de conhecimento supracitadas.

4.6 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Sediada na Capital do Estado, a Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criada pela Lei nº 2.373 em dezembro de 1954. Na sua constituição a UFC era composta pela Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de

Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. Atualmente, a UFC é composta por sete campi: o Campus do Benfica, Campus do Pici e Campus do Porangabuçu, localizados em Fortaleza; o Campus de Sobral, na cidade de Sobral; Campus de Quixadá, na cidade de Quixadá, Campus de Crateús, na cidade de Crateús e Campus de Russas, na cidade de Russas

A Universidade Federal do Ceará tem como Missão:

Formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores éticos, científicos, artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil (PLANO..., 2018, p. 21).

Atuando na maioria das áreas de conhecimento, a UFC tem suas atividades de ensino nas modalidades presencial, a Distância e semipresencial e oferece cursos de Graduação nos graus de Bacharelado e Licenciatura e cursos de Pós-Graduação nos graus de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado. Através de programas de incentivo a pesquisa, a UFC tem conseguido financiamento para que seus docentes e discentes sejam capazes de realizar seus estudos, tanto que em um censo realizado em 2016 pelo CNPq, a UFC apresentava até então 370 grupos de pesquisa.

4.7 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

Localizada na cidade de Juazeiro do Norte, ao Sul do Estado do Ceará, e criada pela Lei 12.826 de junho de 2013, a Universidade Federal do Cariri é um desmembramento da Universidade Federal do Ceará. Com a sua criação, os campi de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato que pertenciam a UFC passam a integrar a UFCA. Além dos campi citados, outros dois campi compõem a estrutura da Universidade: o campus Brejo Santo, e o atualmente desativado, campus Icó.

De acordo com seu site, a Universidade Federal do Cariri tem como missão promover o conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável. Para isso oferta cursos em áreas que atendam as demandas sociais econômicas, ambientais, humanas e educacionais da região em que está inserida. Os cursos oferecidos são: Graduação nos graus de Bacharelado e Licenciatura e cursos de Pós-

Graduação nos graus de Mestrado e Doutorado, Especialização, inclusive na forma de Residência.

A instituição vem ampliando os grupos de pesquisa e promovendo ações de incentivo e desenvolvido apoio a bolsistas visando contribuir para a produção do conhecimento, e nos últimos três anos a UFCA permitiu o surgimento de 36 grupos de pesquisas. Sua atuação no campo da pesquisa é bastante expressiva, e desde a sua fundação em 2013, a Universidade já somava 369 projetos de pesquisa e mais de 2 mil artigos classificados no sistema Qualis Periódicos. Os cursos da UFCA, e conseqüentemente, área de atuação em pesquisa estão divididos em diversas áreas de conhecimento, dentre as quais: Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, entre outras.

4.8 UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) teve sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, depois passou a integrar a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS) onde foi instituída como Universidade no ano de 1958. Em outubro de 1966, através da Lei nº 5.152 foi instituída a Fundação Universidade do Maranhão com a finalidade de manter e implantar a Universidade Federal do Maranhão.

A UFMA tem como missão:

Gerar, ampliar, difundir e preservar ideias e conhecimentos nos diversos campos do saber, propor soluções visando ao desenvolvimento intelectual, humano e sócio-cultural, bem como à melhoria de qualidade de vida do ser humano em geral, e situar-se como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, atuando mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região e na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis(PLANO..., 2017, p. 32).

A UFMA oferece cursos de educação básica e profissional, Graduação nas modalidades Licenciatura e Bacharelado e Pós-Graduação nos graus de Mestrado e Doutorado. A Instituição também conta com cursos na modalidade a distância.

A UFMA tem investido em ações de incentivo às atividades científicas e tecnológicas em diversos níveis, com essas ações a UFMA busca sua inserção no cenário da pesquisa e inovação nacional e internacional. Essas ações tem dado resultado, visto que em 2017 a UFMA já possuía um total de 256 grupos de pesquisa cadastrados e distribuídos entre as seguintes áreas de conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Engenharias, Linguagens, Letras e Artes.

Através de ações de incentivo à pesquisa a instituição tem aumentado o número de publicações em periódicos científicos, tanto que de acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021, houve um aumento de 17% nas publicações entre os anos de 2015 e 2016.

4.9 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi instituída inicialmente como uma Universidade estadual, posteriormente, foi federalizada através da Lei nº 3.835 de dezembro de 1960 transformando-se em Universidade Federal da Paraíba. Além do campus sede localizado em João Pessoa, a UFPB conta com mais 4 campi denominados com nome do município onde estão situados: Campus Areia, Campus Rio Tinto, Campus Maranguape e Campus Bananeiras. Os cursos ofertados são: ensino básico e cursos técnicos e tecnológicos, Graduação nos graus de Bacharelado e Licenciatura e Pós-graduação nos graus de Mestrado e Doutorado. Os cursos são ofertados nas modalidades a Distância, presencial e Semipresencial de acordo com o projeto pedagógico de cada curso.

A UFPB tem como missão:

Gerar e difundir conhecimento e inovação por meio de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável, assegurando uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade (PLANO..., 2019, p. 10).

A Instituição desempenha um papel fundamental na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, e contribui significativamente para o avanço científico e tecnológico regional. Seus cursos estão distribuídos entre

as seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Natureza; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Arte. De acordo com um censo realizado pelo CNPq em 2016, a UFPB contava com o expressivo número de 477 grupos de pesquisa, comprovando o seu comprometimento com o desenvolvimento do conhecimento científico.

4.10 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

Situada na cidade de Campina Grande na Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um desmembramento da Universidade Federal da Paraíba e foi criada pela Lei nº 10.419 de abril de 2002. Sua estrutura é composta, além do campus sede, pelos campi: Campus de Patos, Campus Sousa, Campus Cajazeiras, Campus Cuité, Campus Pombal e Campus Sumé.

De acordo com seu plano de Desenvolvimento Institucional, a UFCG tem por missão:

A sua inserção no desenvolvimento regional socialmente comprometido, sem perder de vista o contato com o mundo contemporâneo, em seu contexto global, preservando fundamentos e princípios como a manutenção do espaço onde a ética, a coerência e a democracia são os balizamentos para as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão (PLANO..., 2014, p. 17-18).

Atuante nas áreas de conhecimento: Ciências Exatas e Tecnológicas; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes, a UFCG oferta cursos nas modalidades a distância e presencial. Os cursos ofertados são Graduação nos graus Licenciatura e Bacharelado, e Pós-Graduação nos graus de Mestrado e Doutorado.

No campo da pesquisa a UFCG tem promovido ações que buscam o desenvolvimento da pesquisa e extensão para então alcançar sua missão no que se refere a pesquisa, e atuar de forma que possibilite o fortalecimento, aumento da qualidade e ampliação dos grupos de pesquisa. Seus investimentos nesse campo têm gerado resultados, pois até o ano de 2018 a instituição já contava com 255 grupos de pesquisas em suas áreas de atuação.

4.11 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Originalmente com a denominação de Universidade do Recife, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criada através do decreto-Lei da Presidência da República nº 9.338 de junho de 1946, e iniciou suas atividades em agosto do mesmo ano, sendo no ano de 1965, integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País quando então recebeu a denominação de Universidade Federal de Pernambuco.

A UFPE tem por missão “Promover a formação humana, ética e solidária, e a construção de conhecimentos de excelência voltados à transformação da sociedade” (PLANO..., 2019 p. 26). Para tanto, vem investindo em programas de pesquisa e integrando as atividades de pesquisa ao ensino com intuito de gerar conhecimento e empregar os resultados de suas pesquisas na sociedade.

Em um censo realizado pelo CNPq em 2016, a UFPE contava até então com 625 grupos de pesquisa, mas esse número é ainda maior devido às parcerias que a instituição vem formando com agências de fomento a pesquisa. Em relação aos cursos, a UFPE oferece cursos de graduação nos graus de Licenciatura e Bacharelado nas modalidades presencial e a distância; Pós-Graduação com cursos de Especialização e Extensão, presencial e a distância; cursos de Doutorado; Mestrado Acadêmico; Mestrado Profissional, além de Especialização na forma de Residência.

A UFPE conta com uma estrutura que tem grande abrangência geográfica e privilegia uma boa quantidade de cidades e além do campus sede localizado em Recife, atualmente a UFPE se faz presente em duas regiões de Pernambuco: na Zona da Mata, na cidade de Vitória de Santo Antão; na região do Agreste pernambucano, na cidade de Caruaru. Suas atividades de ensino estão distribuídas nos campi citados acima nas áreas de conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes.

4.12 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) nasceu com a incorporação das escolas superiores já existentes em Sergipe: Faculdade de Ciências Econômicas e Escola de Química; Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia; Escola de Serviço Social e Faculdade de Ciências Médicas. Em fevereiro de 1967 através do Decreto-Lei nº 269, foi criada a Fundação Universidade Federal de Sergipe com a finalidade de criar e manter a Universidade Federal de Sergipe.

A UFS tem como missão “Contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável” (PLANO..., 2016, p. 15).

Com sua sede central localizada no município de São Cristóvão, a UFS possui também os seguintes campi: campus Aracaju, Campus Itabaiana, Campus Laranjeiras, Campus Lagarto e Campus Nossa Senhora da Glória, com a oferta de cursos nas modalidades a distância e presencial.

A instituição ministra cursos de graduação nos graus Bacharelado e Licenciatura, e Pós-Graduação com cursos de Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional, além de Doutorado e Especialização na forma de Residência. Por consequência de seus programas de Pós-Graduação, a instituição, tem suas pesquisas impulsionadas em diversas áreas, dentre as quais: Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e Ciências Humanas.

4.13 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) originou-se da Universidade do Rio Grande do Norte. A Universidade Do Rio Grande do Norte foi criada através da junção de faculdades e escolas de nível superior existentes na época na capital do estado, e regulamentada pela Lei Estadual nº 2.307 de junho de 1958. Em dezembro de 1960 através da Lei nº 3.849, a Universidade Do Rio Grande do Norte foi federalizada transformando-se na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A UFRN tem por missão:

A missão da universidade federal do Rio o grande do Norte, Como instituição pública, é educar, produzir e disseminar o saber Universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para O

desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, A sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania (PLANO... , 2010, p. 10).

A UFRN oferece educação básica, com diversos cursos técnicos (médio profissional); ensino infantil, através do Núcleo de Educação Infantil/Colégio de Aplicação; Cursos de Graduação nos graus de Bacharelado e Licenciatura; e Cursos de Pós-Graduação nos graus Mestrado e Doutorado, assim como cursos de Especialização, inclusive na forma de Residência. A Instituição também dispõe de cursos na modalidade a Distância. Além do Campus Central Lagoa Nova, situado em Natal, atualmente a UFRN possui quatro campi: Campus Caicó, na cidade de Caicó; Campus Currais Novos, na cidade de Currais Novos; Campus Macaíba, distrito de Jundiá pertencente ao município de Macaíba; e Campus Santa Cruz, na cidade de Santa Cruz.

A instituição mantém uma política de desenvolvimento que reforça o comprometimento com a melhoria da qualidade acadêmica através da consolidação de programas de Pós-Graduação em desenvolvimento, da manutenção da qualidade alcançada visando a criação de novos programas. Como Resultado dessa política de expansão e criação, a instituição tem conseguido criar vários grupos de pesquisa, tanto que atualmente a UFRN conta com 368 grupos de pesquisa, sendo a Instituição que coordena o maior grupo de projetos de pesquisa e de cursos de Pós-Graduação no estado do Rio Grande do Norte. Os grupos de pesquisas da UFRN atuam nas áreas de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Linguística, Letras e Artes, Engenharias, Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas.

4.14 UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)

Sediada no município de Petrolina em Pernambuco, a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) foi criada pela Lei nº 10.473 de junho de 2002 e tem o Semiárido do Nordeste Brasileiro como área de atuação, estando também presente nos estados da Bahia e Piauí.

A UNIVASF é dedicada à Educação Superior, nas atividades de ensino, de extensão, de pesquisa e de inovação e tem como missão, “Ofertar, com excelência, atividades de ensino superior, extensão, pesquisa e inovação em

diversas áreas do conhecimento, na sua região de atuação e em consonância com as demandas de interesse público” (PLANO..., 2016, p. 23).

As atividades desenvolvidas pela UNIVASF envolvem diversas áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais, Engenharias, Artes, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e Ciências Agrárias, através da oferta de cursos de Graduação e de Pós-Graduação nas modalidades presencial e a distância com programas e projetos de extensão e de atividades de pesquisas. Os cursos de Graduação são ofertados nos graus de Licenciatura e Bacharelado, e os de Pós-Graduação, além dos de Especialização, são ofertados também os de Mestrado e Doutorado. Como consequência do incentivo a programas de pesquisa e inovação, a instituição tem se consolidado nesta área e atualmente conta com 130 grupos de pesquisas cadastrados no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa (DNGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnológico (CNPq).

Simultaneamente ao processo de formação dos profissionais, a UNIVASF oferece diversos serviços a sociedade, dentre alguns estão: assistência à saúde da população através do seu Hospital Universitário; serviços de psicologia com plantão psicológico e psicoterapias individuais e grupais através do seu Centro de Estudos e Práticas em Psicologia; atendimentos clínicos e cirúrgicos a cães e gatos com realização de exames laboratoriais, radiológicos, entre outros, através do seu Hospital Veterinário

As atividades e cursos mencionados estão distribuídas em seus sete campi presentes nos Estados de Pernambuco, Piauí, e Bahia: Campus Sede e Campus Ciências Agrárias em Petrolina (PE); Campus Salgueiro na cidade de Salgueiro (PE); Campus Serra da Capivara na cidade de São Raimundo Nonato (PI); Campus Paulo Afonso, Cidade de Paulo Afonso (BA); Campus Juazeiro, na cidade de Juazeiro (BA) e Campus Senhor do Bonfim, em Nosso Senhor do Bonfim(BA).

4.15 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

A Universidade Federal do Piauí foi criada em novembro de 1.968 pela Lei nº 5.528 após a junção da Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia,

Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba existente no Piauí.

A UFPI está presente em quatro municípios do estado: Teresina, onde está localizado o campus sede Ministro Petrônio Portella; Picos, com o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros; Floriano, com o Campus Universitário Amilcar Ferreira Sobral; e Bom Jesus, com o campus Professora Cinobelina Elvas. A instituição conta ainda com Colégios técnicos onde são ministradas as atividades de educação técnica.

A Universidade Federal do Piauí tem como missão “Promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (PLANO..., 2020, p. 31). Desta forma oferta cursos nos seguintes níveis: Ensino básico; Ensino Técnico; Graduação nas formas de Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo e Pós-Graduação na forma de especialização, Mestrado e Doutorado e Residência nos cursos de Medicina e Veterinária. A Instituição conta ainda com cursos na modalidade a distância.

A UFPI tem implementado ações para melhor qualificar os seus grupos de pesquisas vinculados aos programas de Pós-Graduação, essas ações têm tido êxito. Tanto que atualmente a instituição conta com 117 grupos de pesquisas distribuídos entre as áreas de conhecimentos de Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde.

4.16 UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA (UFDPAR)

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR) é originária da UFPI, sendo criada após o desmembramento do Campus Ministro Reis Velloso, localizado no município de Parnaíba (PI). A Universidade foi criada através da Lei nº 13.651 de abril de 2018 e está sediada na Cidade de Parnaíba no Norte do Piauí.

Apesar da sua recente fundação, a instituição já conta com 17 grupos de pesquisa e tem criado programas de incentivo a Pesquisa cujo objetivo é

auxiliar no desenvolvimento da pesquisa científica e incentivar os professores e alunos a publicarem seus trabalhos.

Atualmente a UFDPAR oferece cursos apenas na modalidade presencial, nos níveis de Graduação nos graus de Bacharelado e Licenciatura; Pós-Graduação nos graus de Mestrado e Especialização na forma de Residência, além de cursos de extensão. Seus cursos estão distribuídos entre as áreas de conhecimento: Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências da Educação, Ciências Exatas e da Terra, Ciências biomédicas, Ciências Humanas e Ciências Agrárias.

4.17 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

Tendo como pano de fundo a expansão e democratização do ensino superior, e a elevação de investimentos em educação, ciência, tecnologia e cultura, é que em julho de 2010 através da Lei nº 12.289 foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Segundo seu PDI (2016-2021), a UNILAB foi criada sob dois princípios que norteavam os rumos da educação superior brasileira: a interiorização e a internacionalização. Ainda, segundo seu PDI, a ideia de interiorização do ensino superior expande a rede de ensino para áreas distantes dos centros urbanos mais desenvolvidos, diminuindo assim as desigualdades regionais. A internacionalização, por sua vez, direcionou as universidades o desafio de agregar os requisitos de relevância, qualidade e cooperação internacional em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A UNILAB tem por missão:

Formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (PLANO..., 2016, p. 8).

Para cumprir sua missão a UNILAB promove a articulação das relações acadêmico-científicas internacionais para inserir o sistema de ensino superior brasileiro no cenário internacional. Essas articulações se dão por meio da

captação, implementação e acompanhamento de projetos e parcerias. A UNILAB atua na comunidade dos países de língua portuguesa, em especial com os países africanos de língua oficial portuguesa.

A UNILAB tem como sede dois municípios: Redenção, no Ceará e São Francisco do Conde, na Bahia. A cidade de Redenção conta com dois Campi: o campus da Liberdade e o campus das Auroras, e a cidade de São Francisco do Conde conta com o campus dos Malês. A Instituição possui ainda uma Unidade Acadêmica localizada na cidade de Acarape no Ceará.

Os cursos ofertados pela UNILAB são ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da Comunidade dos países de língua portuguesa. Neste cenário a UNILAB oferta cursos nas áreas de Ciências Agrárias, Engenharias, Ciências Biológicas, Educação, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde. Os cursos ofertados são: Graduação nos graus de Bacharelado e Licenciatura; Pós-Graduação nos níveis de Especialização, inclusive na forma de Residência, Mestrado Profissional e Mestrado Acadêmico. Os cursos são ofertados nas modalidades presencial e a Distância

No campo da pesquisa a UNILAB promove ações cooperativas nos níveis da pesquisa e da pós-graduação, visando promover a integração com as demandas de formação e produção de conhecimento dos países envolvidos. De acordo com informações coletadas em seu site, a UNILAB até 2018 contava com 111 grupos de pesquisa nas áreas citadas acima. É importante ressaltar que para cumprir seu papel de articuladora das atividades científicas entre os países de língua portuguesa, a UNILAB reserva metade das vagas de seus cursos para brasileiros. A outra metade é destinada a estudantes oriundos dos países parceiros, selecionados mediante processo específico.

4.18 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

A história da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) teve início com a criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária do Mosteiro de São Bento em novembro de 1912 na cidade de Olinda. Na década de 1930 o estado se apropriou da Escola Superior de Agricultura de São Bento através da Lei nº 2.443 de dezembro de 1936 e a

transformou em Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP). Em julho de 1947 o Decreto Estadual nº 1.741 recriou o curso de medicina veterinária e fez a junção da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, o Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), o Instituto de Pesquisas Zootécnicas (IPZ) e o Instituto de Pesquisas Veterinárias (IPV), constituindo, assim, a Universidade Rural de Pernambuco (URP). Em 1955, através da Lei Federal nº 2.524, a Universidade foi então federalizada, passando a fazer parte do Sistema Federal de Ensino Agrícola Superior, vinculado ao Ministério da Agricultura.

A UFRPE tem como missão, “A construção e disseminação do conhecimento e inovação, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão atenta aos anseios da sociedade” (PLANO..., 2017 p. 72). Para isto desenvolve suas atividades de ensino nas modalidades de educação presencial e educação a distância nos cursos de Graduação nos graus de Bacharelado e Licenciatura; Pós-Graduação com cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado; Educação Básica, Técnica e tecnológica, além de desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão.

No campo da pesquisa a UFRPE conta com 127 grupos de pesquisa e dispõe de 40 programas de Pós-Graduação com cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, atuando nas áreas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas entre outras.

A Instituição está presente em todas as regiões do estado de Pernambuco através de suas Unidades Acadêmicas: Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) que está presente em 15 polos no estado de Pernambuco e mais quatro na Bahia; Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), localizada na cidade de Serra Talhada; Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho localizada em Cabo de Santo Agostinho; Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFRPE, localizado na cidade de São Lourenço da Mata o colégio é voltado para educação profissional, científica e tecnológica e de nível médio; Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ) na cidade de Belo Jardim. A Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) em 2018, por desmembramento da UFRPE, veio a se

constituir em Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e será abordada em seguida.

4.19 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (UFAPE)

Localizada na Cidade de Garanhuns no Agreste de Pernambuco, a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) é originária da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A Lei nº 13.651 de abril de 2018 desmembrou a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) da UFRPE e ao mesmo tempo criou a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

De acordo com seu site, a UFAPE tem por missão fomentar, produzir e difundir conhecimentos e inovação, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as especificidades regionais, com a sustentabilidade socioambiental e a diversidade social, econômica e cultural. Para tanto, desenvolve suas atividades de ensino nas áreas: Ciências Agrárias com os cursos de Bacharelado em Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária e em Engenharia de Alimentos; Ciências Exatas e da Terra com o curso Bacharelado em Ciência da Computação; Linguística, Letras e Artes com o curso de Licenciatura em Letras; e Ciências Humanas com o curso Licenciatura em Pedagogia.

Apesar de sua recente criação, a UFAPE já conta com 32 grupos de pesquisa e além dos cursos já mencionados, oferta cursos de Pós-Graduação nos níveis de Especialização e Mestrado. A Instituição também oferece cursos na modalidade a distância.

4.20 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)

Em julho de 2005 a Lei nº 11.155 criou a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró no Rio Grande do Norte. A Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) foi uma instituição criada por decreto da Prefeitura da Cidade de Mossoró, sendo que em outubro de 1969 foi incorporada à rede federal de ensino superior, como autarquia em regime especial por meio do Decreto nº 1.036.

A UFRSA está situada nas áreas de clima semiárido do Oeste e Central do estado do Rio Grande do Norte e conta com o campus sede na cidade de Mossoró e outros três campi que levam o nome dos municípios onde estão situados: Campus Angicos, Campus de Caraúbas e Campus de Pau dos Ferros.

A UFRSA tem como missão:

Produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase na região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade (PLANO..., 2015, p. 17-18).

Com o propósito de cumprir sua missão e de contribuir para o desenvolvimento regional através de suas atividades de ensino superior, a UFRSA oferta cursos que possam atender as demandas sociais locais, regionais e até mesmo do país nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências da Saúde. Os cursos oferecidos são: Graduação nas modalidades Bacharelado e Licenciatura e Pós-Graduação nos níveis de Especialização, Especialização na forma de Residência, Mestrado e Doutorado. Com a finalidade de fortalecer suas ações de pesquisa e de pós-graduação, a UFRSA tem desenvolvido programas de Pós-Graduação de iniciação científica com bolsas concedidas pela própria Instituição, pelo CNPq, e ainda com atividade voluntária. Com essas ações a Instituição conseguiu alcançar o número de 94 grupos de pesquisa no ano de 2015. De acordo com seu PDI 2015, a UFRSA pretende alcançar o número de 220 grupos de pesquisa este ano.

5 POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO, DE CONTEÚDO, MANDATÓRIA E SUBMISSÃO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS UNIVERSIDADE FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE

5.1 POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO

É inegável que, para que um Repositório Institucional cumpra o seu papel de difusor e preservador da produção acadêmica da Instituição e instrumento do livre acesso à informação científica, é necessário o planejamento e a elaboração de uma política ou mandato de funcionamento que estabeleça diretrizes para o depósito, o conteúdo (tipo de material) depositado assegurando assim o pleno funcionamento.

A política institucional de funcionamento do repositório institucional deve abordar os objetivos do repositório, contribuir para a definição do serviço, prazo definido para o depósito no repositório, conter o tipo de material que será depositado, assim como aqueles que não farão parte desse sistema de informação. Deverá estabelecer ainda quem poderá realizar o depósito e as responsabilidades no fluxo de trabalho (LEITE et al., 2012).

A literatura sobre o tema relata como desafio para a gestão de repositórios, o sucesso no povoamento destes, ou seja, a quantidade de material depositado pelos autores. Quanto a isso, Kuramoto (2009) afirma ser necessário uma política ou um mandato tornando obrigatório o depósito pelos próprios autores para o sucesso de povoamento do repositório. O autor ainda esclarece que os termos política e mandato são sinônimos, sendo o termo mandato mais utilizado no exterior, e no Brasil dá-se preferência pelo termo política.

Outro fator muito importante é a interoperabilidade, e esta característica não está relacionada apenas a questão dos softwares utilizados no desenvolvimento dos repositórios, mas também quanto ao conteúdo disponibilizado no repositório. Neste caso, Leite et al. (2012) adverte que o conteúdo depositado no Repositório Institucional da produção científica deve ser exclusivamente de documentos referentes à publicação científica dos membros da instituição que o mantém, pois o armazenamento de documentação que não seja produção científica em comunidades e/ou

coleções criadas com este objetivo deixará o Repositório Institucional interoperável com outros sistemas destinados exclusivamente à produção científica. Se faz necessário, por tanto, que a política de funcionamento determine regras claras quanto as formas de arquivamento e os tipos de conteúdo a serem disponibilizados no Repositório Institucional.

Crow (2002, apud COSTA; LEITE, 2009) aponta quatro características que devem ser observadas na construção de um repositório: institucionalmente definido; científica ou academicamente orientado; cumulativo e perpétuo; aberto e interoperável. Costa e Leite (2009) fazem uma explanação acerca das características apontadas por Crow. Os autores explicam que ser institucionalmente definido refere-se ao fato de os repositórios digitais poderem ser classificados em diferentes tipos e destacam os repositórios institucionais e os disciplinares ou temáticos. E que os repositórios devem ser considerados institucionais se forem reconhecidos pela instituição através da implementação de políticas de depósito e outras que garantam sua existência e que seu conteúdo deve cobrir a maior parte das áreas de conhecimento da instituição. Quanto a “cientificamente orientado”, os autores ressaltam duas questões: a) conteúdo do repositório deve ser validado pela comunidade científica, apontando para publicações científicas e b) a flexibilização da perspectiva da validação alcançada pelo peer review, contemplando outras formas mais informais de comunicação científica. Essas questões têm relação com as decisões tomadas na política de funcionamento. Com relação a “cumulativo e perpétuo” os autores ressaltam que esse é um dos objetivos dos repositórios, que é preservar a produção intelectual e garantir o acesso amplo e irrestrito. Os autores finalizam explicando que ser “aberto e interoperável” é uma das principais características responsáveis pela visibilidade da produção científica do autor e da instituição, causando grande impacto dos resultados de pesquisa.

Neste momento é importante lembrar três características de um Repositório Institucional apontadas por Costa e Leite (2009) tendo como objetivo parametrizar a amostra e assim os repositórios sejam enquadrados na amostra da presente pesquisa.

A primeira característica se refere ao fato de que o Repositório institucional deve lidar exclusivamente com a produção intelectual da

instituição, gerada por seus autores e esse conteúdo deve ser exclusivamente de natureza científica e acadêmica.

A segunda característica refere-se à alimentação do Repositório a qual deve ser feita através de autoarquivamento, ou seja, em que o próprio autor realiza o depósito no repositório. A recuperação da informação em outros repositórios com mesmos padrões de metadados, ou seja, interoperabilidade também se faz necessária, pois é uma questão imposta pela política de livre acesso.

A terceira característica está relacionada com os softwares para gestão dos repositórios, pois estes devem ser pautados nas peculiaridades apresentadas pelos processos de gestão e comunicação da informação científica

Nesse contexto é mister compreender que os repositórios constituem um serviço de informação científica, e não um veículo de publicação científica, que se dedica ao gerenciamento da produção científica ou acadêmica de uma instituição. Sendo assim o Repositório Institucional contempla a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição como também de material já publicado por revistas científicas com avaliação por pares. Portanto, os Repositórios Institucionais são veículos de maximização da disseminação de resultados de pesquisa, dado que tornam seus conteúdos disponíveis e acessíveis amplamente (LEITE et al., 2012).

5.2 POLÍTICA DE CONTEÚDO

Como mencionado anteriormente, o conteúdo depositado no repositório deve ter fins acadêmicos e científicos, ou seja, “um Repositório Institucional não pode ser assemelhado a um armazém, em que tudo o que é gerado dentro de uma instituição é colocado” (GOMES; ROSA, 2017, p. 88). Nessa perspectiva Baptista et al. (2007) cita que os materiais depositados nos repositórios podem ser, além dos artigos publicados em revistas científicas, teses e dissertações, relatórios técnicos de projetos e outros materiais resultantes da produção intelectual de uma instituição. E esclarecem que o material depositado deve estar sujeito a um controle de qualidade como por

exemplo, artigos já publicados e teses e dissertações já defendidas. Entre os outros documentos aceitos pelos repositórios estão livros e capítulos de livros, documentos de trabalho, documentos de conferência, elementos multimídia e audiovisuais, dados científicos, patentes e objetos de aprendizagem (CASSELA, 2010; GRUNDMANN, 2008; ROYSTER, 2008 apud RODRIGUES; RODRIGUES, 2014).

Neste sentido, a política Institucional de informação deve informar com clareza quais conteúdos devem ou não ser depositados no Repositório Institucional.

5.3 POLÍTICA MANDATÓRIA E DE SUBMISSÃO

Uma questão bastante discutida no que se refere ao funcionamento dos Repositórios Institucionais está relacionada à política de depósito dos materiais. Estas discussões foram levantadas devido à baixa adesão do depósito voluntário pelos pesquisadores, como também problemas relacionados aos direitos autorais exercidos pelas editoras de periódicos científicos.

Nesta perspectiva Baptista et al. (2007) relata que como determinam os princípios da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste, da Declaração de Bethesda e da Declaração de Berlim, a orientação é que seja obrigatório o depósito, em um repositório de uma Universidade ou agência de fomento, de uma cópia de todo trabalho aceito para publicação ou já publicado. E que o tipo de repositório vai depender da afiliação ou da fonte de financiamento do pesquisador/autor do trabalho.

Para solução do povoamento de repositórios Harnad (2006, apud KURAMOTO, 2009) propôs um mandato denominado de Immediate Deposit/Optional Access Mandato (Mandato depósito imediato/acesso opcional) cujo objetivo era não ser atingido pelas políticas editoriais que embargavam e atrasavam o autodepósito. O autor explica que a proposta é o depósito imediato no Repositório de livre acesso assim que o autor/pesquisador souber da aceitação de publicação por parte da revista com revisão por pares.

A recomendação é que seja depositado o texto referente à versão final aceita pela revista, com revisão por pares. No caso em que haja atraso ou embargo, normalmente, provocados por políticas editoriais ou contratos estabelecidos pela referida revista que impeça esse depósito, recomenda-se ao autor o depósito dos metadados que descrevem o referido trabalho, mantendo o texto integral do trabalho publicado com acesso restrito ou fechado pelo tempo que a política ou contrato assinado com a revista estabelece. Cabendo ao autor a abertura do acesso a partir do momento em que a revista permita o acesso público ao referido trabalho. Esta proposta significa que o depósito é imediato e obrigatório e que o acesso ao documento integral (artigo publicado) é opcional (KURAMOTO, 2009, p. 211).

Uma outra maneira de incentivar os pesquisadores a publicarem nos repositórios é através do povoamento por depósito mediado. “Por arquivo mediado entende-se que o(s) autor(es) cedem os seus documentos para serem arquivados pelo staff da biblioteca/órgão que gerencia o Repositório” (RODRIGUES; RODRIGUES, 2014, p. 61).

Neste sentido, segundo Kuramoto (2009), o IBICT ao disponibilizar os kits tecnológicos na modalidade de comodato para implantação dos Repositórios Institucionais exigia que as Universidades aprovassem uma política institucional de informação para garantir o povoamento dos repositórios, e para colaborar com as instituições propôs um modelo de política de informação baseada na proposta de Harnad. Segue abaixo alguns itens propostos pela política de informação relacionada com o povoamento do repositório.

- O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;
- A comunidade científica institucional faça publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação, o depósito de artigos publicados (pós-prints) em repositórios de acesso livre;
- O depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de seis meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

- No caso da impossibilidade de realização do depósito devido à cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a revista onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja aquela versão que foi submetida à revista científica (pré-prints), assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou.
- De maneira a facilitar o povoamento do RI, a biblioteca central ou qualquer outra unidade da instituição poderá promover o registro da produção científica da instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

A política recomenda que todos os documentos que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas, como teses e dissertações, deverão ser depositados no Repositório Institucional, com exceção das situações relacionadas a seguir, caso em que fica desobrigado o depósito:

- Os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- Os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;
- Os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

É relevante ressaltar que a política deve ser compatível com os acordos de direitos autorais, contratos ou políticas das editoras de periódicos científicos, pois como já foi mencionado, os direitos autorais sempre foram um empecilho ao livre acesso à produção científica. O próprio surgimento dos repositórios ocorreu da necessidade de se criar uma alternativa de acesso aos resultados de pesquisas científicas diante do monopólio das editoras de periódicos científicos que detinham os direitos de propriedade sob as obras e elevavam o

custo para o acesso à informação científica. Os direitos autorais, por tanto, têm sido entraves para o depósito imediato de material publicado em periódicos científicos.

O fenômeno da autoria teve início durante a Idade Média, quando na Europa, autoridades religiosas e políticas tiveram que imputar os autores de obras acusadas de heresias e censuradas com o objetivo de puni-los. A regra na época era o anonimato. Com o advento da tecnologia de impressão criada por Gutenberg no século XV, os autores tiveram oportunidade de assinarem suas obras. Em pouco tempo surgiu o mercado gráfico, e em 1557 os editores, proprietários do maquinário de imprensa e responsáveis pela distribuição do material obtiveram do governo inglês o direito exclusivo e eterno sobre as obras. Em 1710 ocorreu a retirada dos direitos sobre a obra dos editores passando-os aos autores através da criação da primeira lei de direito autoral, sendo a primeira lei copyright criada nos Estados Unidos em 1790. No Brasil a primeira lei sobre o direito do autor foi criada em 1827 e determinou privilégio exclusivo pelo período de 10 anos à produção acadêmica dos professores sob determinadas condições relacionadas na própria lei. (ARAYA; VIDOTTI, 2009; CHARTIER, 1999; FOUCAULT, 1992 apud SOUZA et al., 2012). Atualmente, a Lei nº 9.610 de 1998 é quem rege questões relacionadas aos direitos autorais no Brasil.

Oliveira (2013) afirma que o movimento Open Access Initiative (OAI) tem na propriedade intelectual um contrário que não há como transpor. Ou se concilia ou se rompe e até agora parece ter encontrado conciliação pelos diversos movimentos, como as licenças General Public Licence (GPL) e Creative Commons (CC). O autor esclarece que essas licenças não abandonam a faculdade da reserva e do monopólio autoral sobre a obra intelectual, apenas flexibilizam esse direito, sem a ele renunciarem.

As licenças GPL são licenças referentes a softwares livre em que o código de programação é aberto e qualquer pessoa com conhecimento em linguagem de programação pode alterá-lo deixando-o de acordo com suas necessidades de uso. Enquanto a licença Creative Commons “ajusta seu foco no indivíduo criador e seu direito de cópia, em decorrência de transferência anterior de direitos autorais para instituição onde é empregado e tem seus direitos autorais cedidos ou para periódicos científicos onde publica”

(OLIVEIRA, J. N., 2013, p. 144).

Segundo Leite et al. (2012), as licenças Creative Commons são licenças que o próprio autor atribui à sua obra, sem necessitar de intermediários. E, ao atribuir essas licenças o autor informa ao mundo o que ele permite que terceiros façam, sem que estes tenham que pedir-lhe autorização.

As licenças Creative Commons vêm sendo utilizadas pelos repositórios como forma de solucionar os problemas relacionados aos direitos do autor. Suas vantagens vêm da sua flexibilidade, pois existem vários tipos de licenças nas quais os direitos cedidos podem ser combinados de acordo com o que cada autor deseja permitir em relação a suas obras como afirma Muriel-Torrado e Pinto (2018):

As licenças Creative Commons pela sua parte, são uma ferramenta que flexibiliza o *copyright*, um tipo de contrato que permite aos autores decidir como compartilhar suas obras, e que também indicam aos usuários, mediante uns ícones fáceis de compreender, o que podem fazer ou não com essas obras. Dentro das licenças, existem diferentes graus de abertura, desde as mais abertas, que simplesmente requerem citar ao autor, até as mais restritivas, que impedem usos comerciais e as obras derivadas (MURIEL-TORRADO; PINTO (2018, sem paginação).

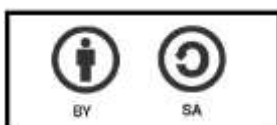
No site da Creative Commons é possível encontrar a relação de licenças disponíveis, assim como a explanação dos direitos fornecidos por cada uma delas como segue:

Atribuição CC BY



Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir de um trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis.

Atribuição CC BY-SA – Compartilha Igual



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir de um trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Todos os trabalhos novos

terão que ter a mesma licença do trabalho em que foi baseado, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial.

Atribuição CC BY-ND - Sem Derivações



Esta licença permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído ao autor.

Atribuição CC BY-NC - Não Comercial



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir de um trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

Atribuição CC BY-NC-SA - Não Comercial-Compartilha Igual



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir de um trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Atribuição CC BY-NC-ND - Sem Derivações - Sem Derivados



Esta é a mais restritiva das seis licenças principais, só permitindo que outros façam download dos trabalhos e os compartilhem desde que atribuam crédito ao autor, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Segundo seu próprio site, essas licenças fornecem um equilíbrio entre os direitos do autor e os direitos conexos, “direitos conexos são direitos que se originam de uma obra protegida por direito autoral” (UECE, 2008, p. 01), e podem ser aplicadas em qualquer parte do mundo e têm o mesmo prazo de duração que o direito do autor e os direitos conexos.



6 RESULTADOS

A partir da análise das Universidades, verificou-se que das vinte Instituições, oito não possuem repositórios institucionais. Algumas possuem apenas repositórios de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) ou Repositório Temático. Outras não contam com qualquer tipo de repositório. A tabela abaixo representa um escopo das Universidades que possuem repositórios e as que não possuem. Fazendo parte da investigação apenas as Universidades que possuem Repositório Institucional.

Tabela 1 – Universidades Federais da Região Nordeste que possuem Repositórios Institucionais

Universidade	Repositório Institucional	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso	Repositório Temático	Não possui qualquer tipo de Repositório
UFAL	x				
UFBA	x				
UFSB					x
UFRB	x				
UFOB					x
UFC	x				
UFCA					x
UFMA	x				
UFPB	x				
UFCG		x			
UFPE	x				
UFS	x				
UFRN	x				
UNIVASF			x		
UFPI	x				
UFDPAR				x	
UNILAB	x				
UFRPE	x				
UFAPE					x
UFERSA		x			

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante mencionar que as Universidades que não possuem Repositórios Institucionais foram criadas recentemente a partir do desmembramento de outras Universidades. E que dentre as doze Universidades que possuem Repositórios Institucionais, apenas três não responderam à pesquisa: UFRPE, UFRN e UFPB.

Com relação às Universidades que responderam à pesquisa e que possuem repositório, pôde-se constatar que os repositórios foram implantados a partir do ano de 2009 e que todas as instituições que responderam à pesquisa utilizaram o DSpace como plataforma de construção e manutenção de seus repositórios e o Dublin core como metadados para descrição do material depositado no repositório. Isso reflete os incentivos do IBICT, tendo em vista que o kit tecnológico fornecido às instituições pelo projeto IBICT/FINEP é composto por um servidor configurado com sistema operacional baseado na plataforma UNIX/LINUX; Softwares básicos: servidor apache, banco de dados MySQL e linguagem PHP e o DSpace. Sendo o Dublin Core o esquema de metadados padrão do DSpace.

Quanto a política de uso, 8(oito) das 9(nove) Universidades que responderam à pesquisa informaram possuir uma política de uso do repositório como representado no gráfico abaixo.

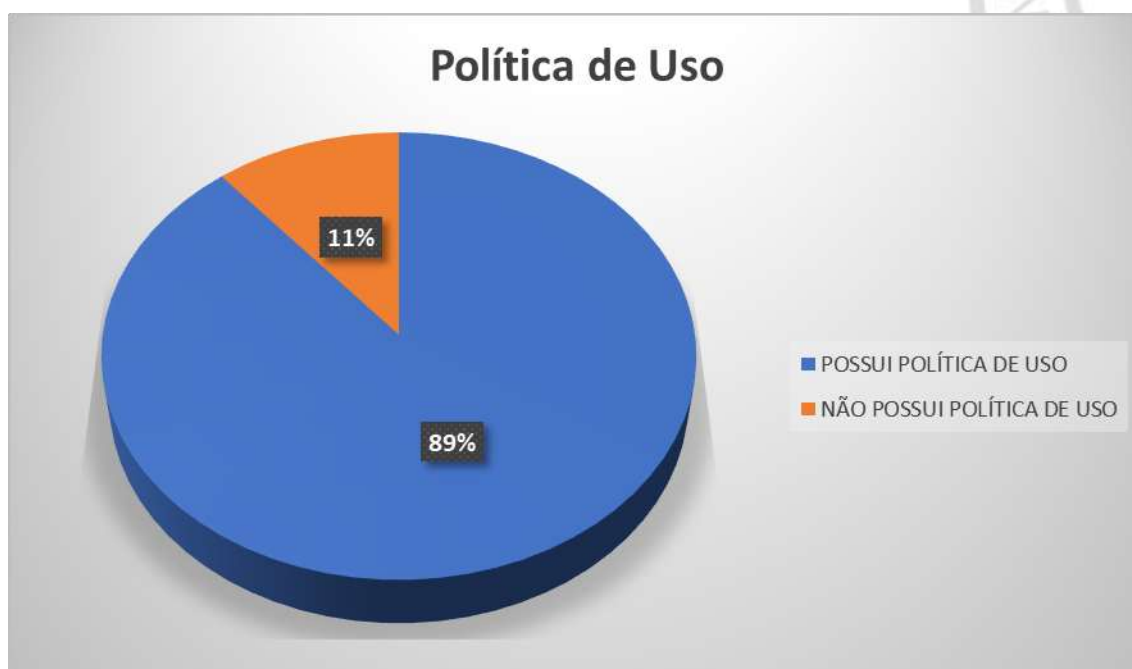


Gráfico 1: Política de Uso

As políticas de uso envolvem questões como tipo de depósito, formas de povoamento, tipos de documentos e formato do material disponibilizado. Dessa forma, com relação à obrigatoriedade de depósito da produção acadêmica da instituição e tipo de depósito, as respostas da UNILAB foram descartadas devido a inconsistências. Assim, 5 (cinco) dos 8 (oito) repositórios respondentes informaram possuir uma política que obriga os autores a publicarem seus trabalhos, ou seja, 62,5% dos repositórios possuem uma política de obrigatoriedade. Consequentemente estes mesmos repositórios possuem o depósito compulsório/obrigatório como representado no gráfico abaixo.

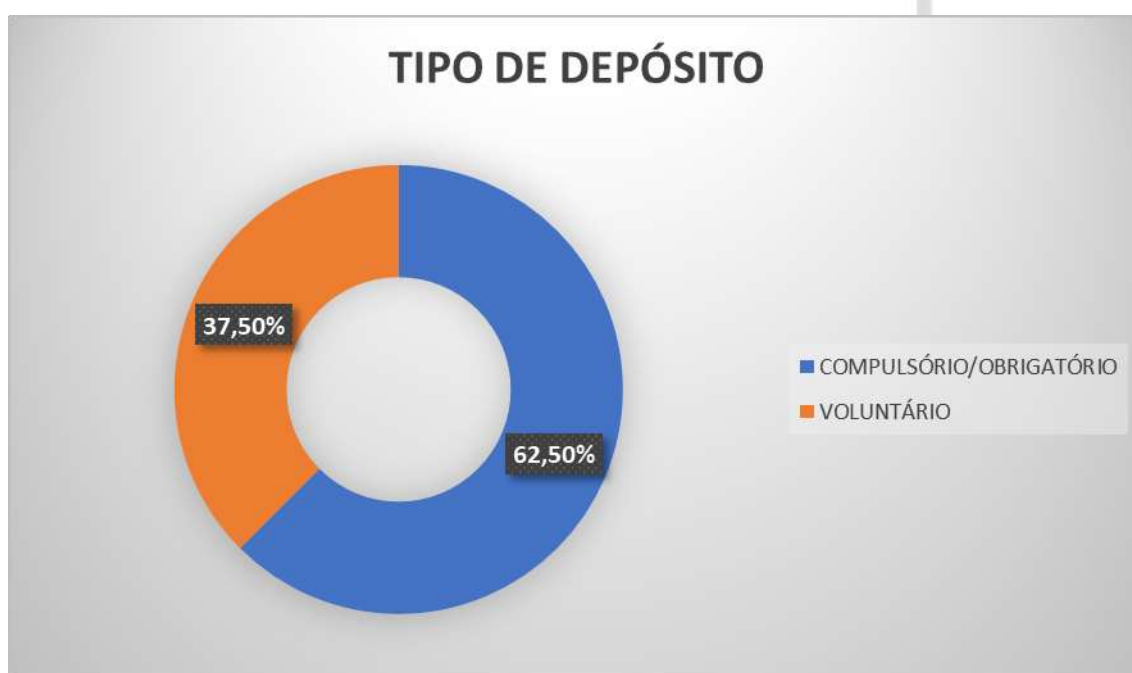


Gráfico 2: Tipo de Depósito

Com relação a forma de povoamento, os repositórios mostraram preferência por disponibilizar simultaneamente autodepósito e depósito mediado ou somente o depósito mediado. Nenhum dos repositórios fornece somente autodepósito ou importação de dados. O gráfico 3 mostra o quantitativo e o percentual de repositórios que escolheram o autodepósito e depósito mediado ou depósito mediado. Percebe-se que somente 33,33% das 9 (nove) instituições optaram pelo autodepósito, enquanto o depósito mediado é disponibilizado por todas.

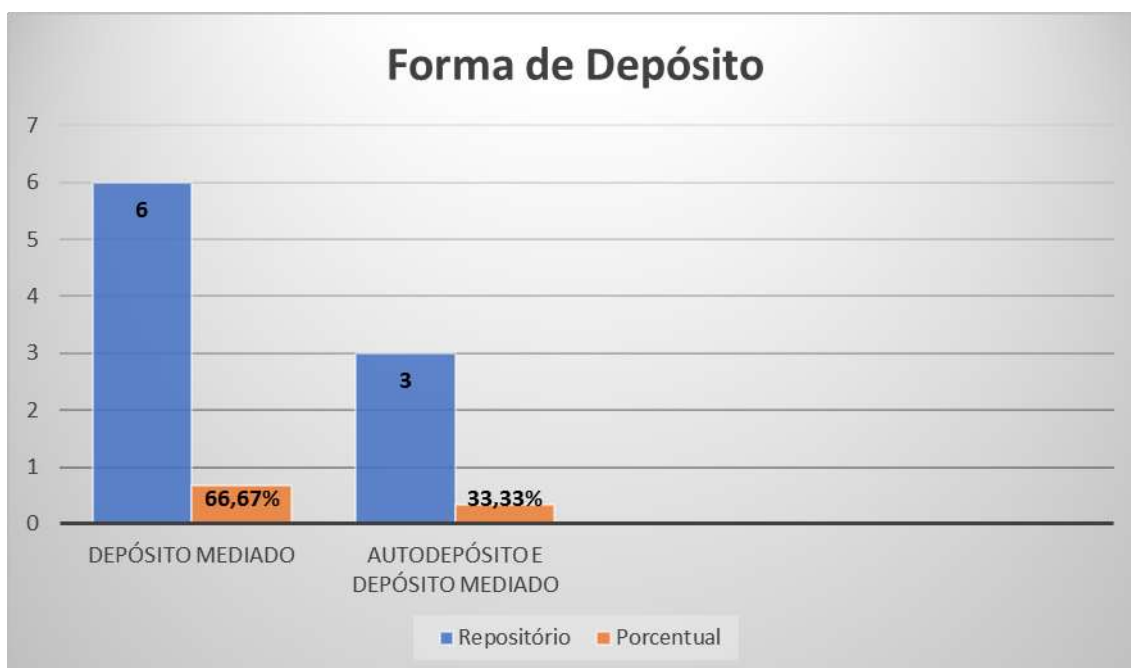


Gráfico 3: Forma de Depósito

Quando se trata de alguma sanção aos docentes e discentes que não respeitarem a política de obrigatoriedade de publicação de seus trabalhos, 60% dos repositórios que possuem política de obrigatoriedade afirmam aplicar alguma sanção aos autores. Esse número parece razoavelmente bom, porém se for comparado com o total de instituições que responderam à pesquisa (oito instituições) esse percentual é de apenas 37,5%. Lembrando que foi desconsiderada a resposta da UNILAB neste quesito. A sanção dentro de uma política de obrigatoriedade é importante porque o descumprimento por parte do autor ocasiona perdas, assim não resta outra opção senão o depósito do documento. Como Exemplo de sanção pode-se mencionar a política da UFAL em que, caso os discentes não entreguem os seus trabalhos para depósito, não poderão receber os diplomas, e os docentes e técnicos que não depositarem suas dissertações, teses ou pós-doutorados não terão aumentos de salários constantes no plano de carreias e cargos da instituição. O gráfico abaixo representa o quantitativo de repositórios que possuem política de obrigatoriedade da produção acadêmica e o percentual desses repositórios que têm algum tipo de sanção ao autor que não publicar seus trabalhos no repositório.

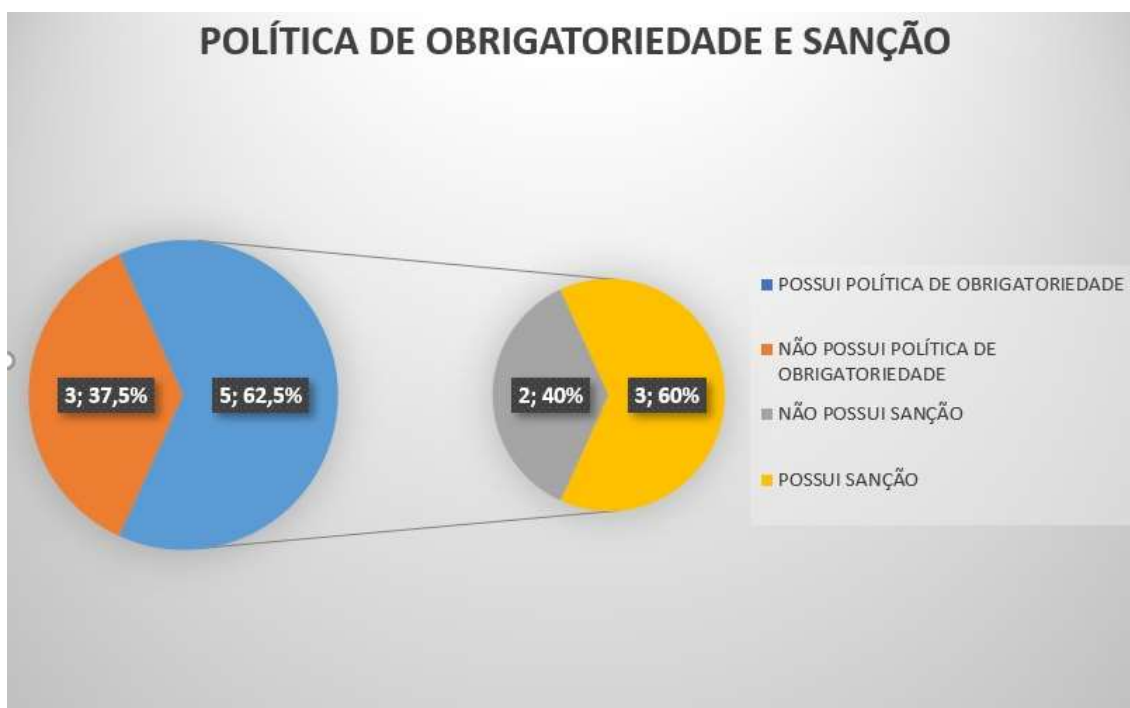


Gráfico 4: Política de Obrigoriedade e Sanção

As instituições também foram questionadas se há um prazo estipulado para depósito, e no caso de existir, qual o prazo definido. Entre as 9(nove) Universidades apenas a UFPE estipula um prazo para depósito que é de 6 (seis) a 12 (doze) meses, assim apenas 11,11% dos repositórios estipulam prazo para depósito. Apesar das instituições não atentarem para esse fato, ele é importante pois dentro de uma política de informação que determina a obrigoriedade da produção acadêmica, estipular uma medida punitiva/sanção e um prazo para publicação podem ser requisitos que determinam o sucesso no povoamento dos repositórios, pois uma política de obrigoriedade que não impõe qualquer punição pode significar que fica a critério do autor depositar ou não seu trabalho.

Com relação aos tipos de documentos, representado no gráfico 5, percebeu-se que 33,33% dos repositórios apresentam todos os tipos de documentos. Com predominância de Teses e Dissertações em que todos os repositórios possuem este tipo de conteúdo, os outros tipos de documentos apresentam um equilíbrio como mostra o gráfico.

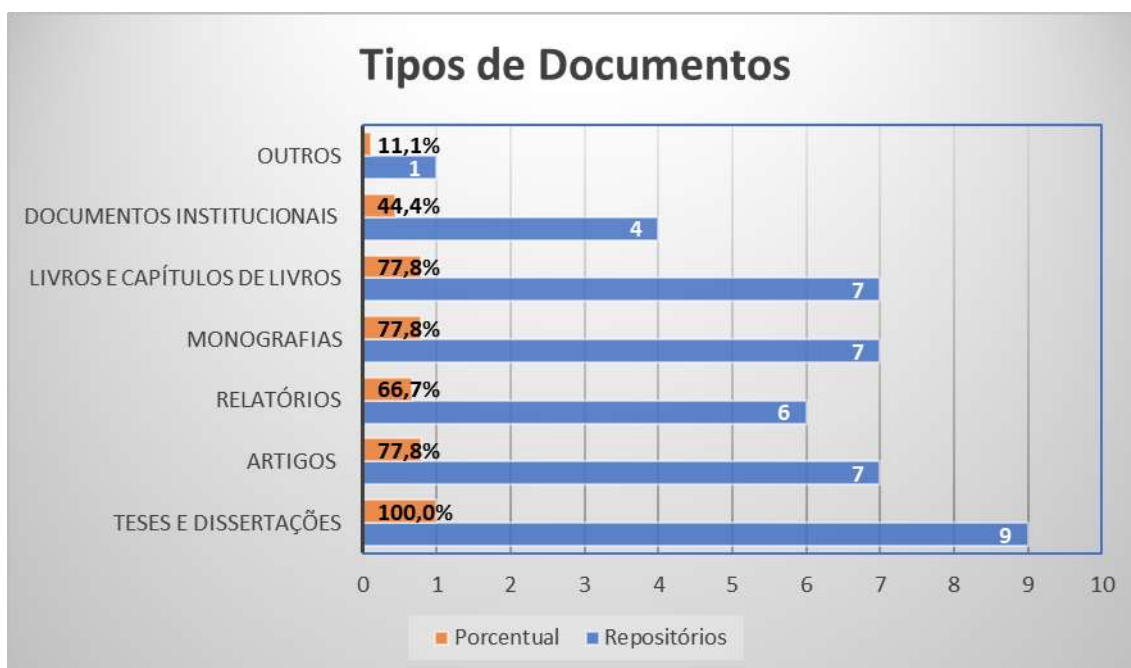


Gráfico 5: Tipos de Documentos

No tocante aos formatos do material disponibilizado como era de se esperar, 100% dos repositórios possuem o formato PDF em sua base, e o formato de vídeo está em segundo lugar entre os materiais utilizados com 66,7% como mostra o gráfico 6. Apenas 22,22%, ou seja, 2(dois) repositórios apresentam todos os formatos de material, e somente um repositório possui outro tipo de formato. É o caso da UFS que possui o formato PPT, que é o formato utilizado para edição de Slides.

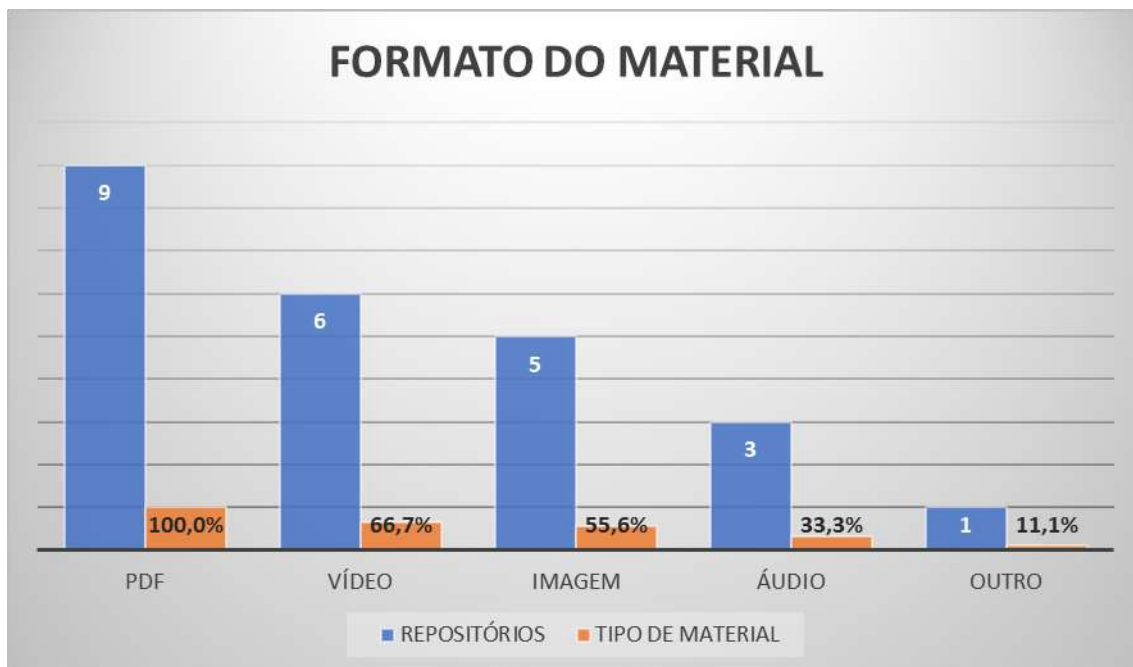


Gráfico 6: Formato do Material

Com relação as licenças de uso, observou-se que as Universidades não aderiram totalmente as licenças Creative Commons, pois como representa o gráfico abaixo, 44,44% das instituições escolheram outro tipo de licença de uso. Entre os repositórios que utilizam as licenças Creative Commons, 4(quatro) repositórios (44,44%) apenas duas informaram qual tipo de licença utilizam dentre as fornecidas pela Creative Commons. Apresentando-se da seguinte forma: a UFPE utiliza a licença CC BY- NC-ND e a UFPI utiliza a CC BY. A UFS oferece ao autor a possibilidade de escolher qual dentre as licenças Creative Commons deseja utilizar. A UFAL utiliza as licenças Creative Commons, mas não informou qual tipo de licença é fornecida, e a UNILAB não informou a licença utilizada em seu repositório.

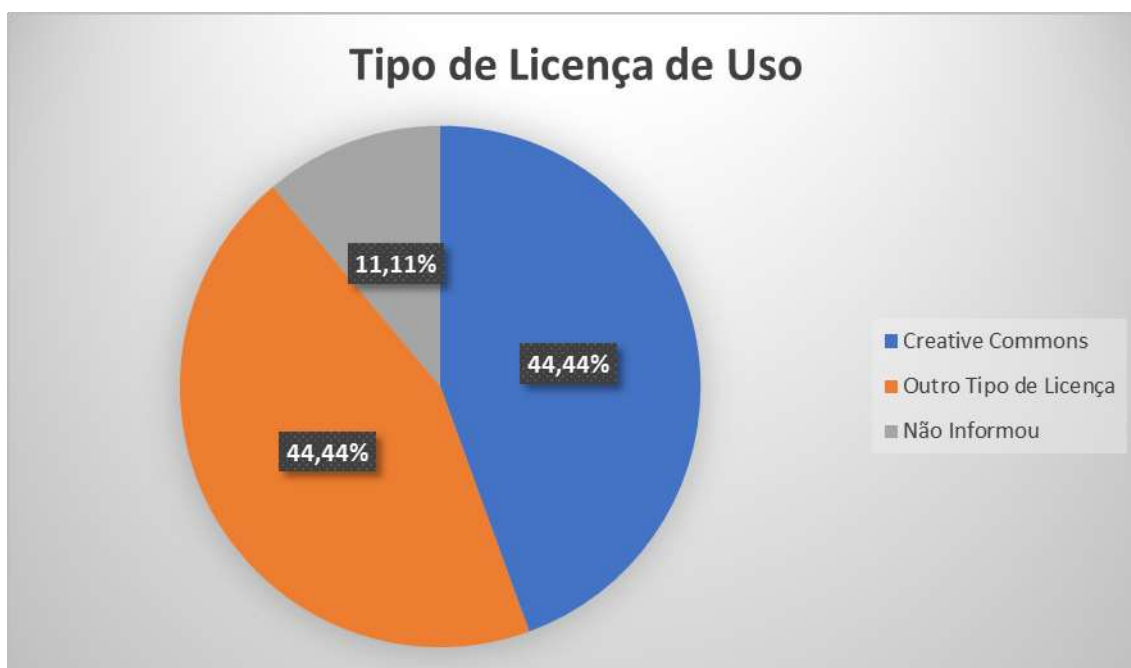


Gráfico 7: Tipo de Licença de Uso

A pesquisa ainda investigou se é apresentado um link de acesso ao repositório na página principal do site da instituição e se o Repositório possui sistema de alerta de novas publicações para usuários cadastrados. Esses itens são importantes porque cumprem, respectivamente, o papel de dar maior visibilidade ao repositório da Instituição e disseminar o material publicado no repositório. Disponibilizar o link na página principal da instituição em lugar de destaque pode levar a o usuário que acessa ao site procurando qualquer tipo de informação a acessar o repositório e assim ter conhecimento sobre a ferramenta que ainda é desconhecida por boa parte da população.

Os resultados mostraram que 55,6% das Universidades apresentam o link do repositório na página principal da instituição. Esse número se repete com relação ao sistema de alerta de novas publicações para usuários cadastrados como mostra o gráfico 8.

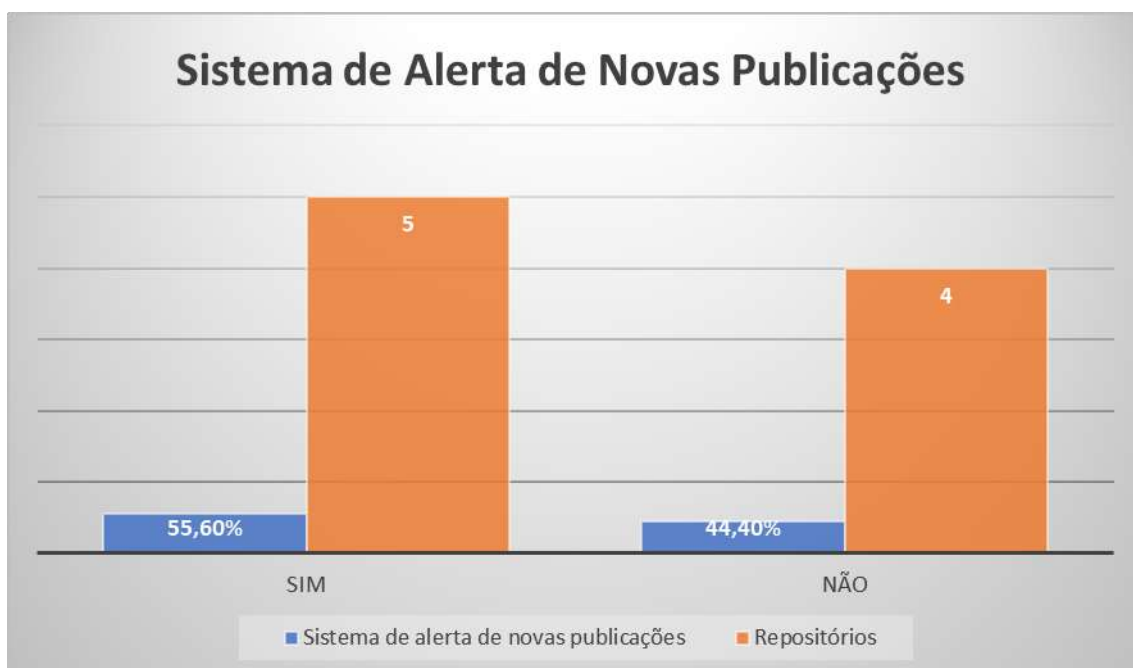


Gráfico 8: Sistema de Alerta de Novas Publicações

Quando questionadas se o repositório possui estatísticas de visitas e downloads, dentre as nove Universidades apenas a UNILAB não conta com essa função, ou seja 88,89% dos repositórios possuem estatística de visitas e downloads. O DSpace fornece esse módulo que é importante pois ajuda a melhorar o desempenho do repositório através da avaliação das estatísticas do sistema.

7 CONCLUSÕES

A pesquisa investigou alguns dos itens apoiados pela hipótese como imprescindíveis em uma política de informação de um Repositório: o mandato (políticas de uso e de obrigatoriedade); mecanismos de acompanhamento, ou seja, estatística de visitas e downloads; metadados, tipologias dos documentos, formatos do material, licença de uso (direito autoral) e formas de povoamento (forma de depósito). Através da investigação foi possível constatar que a maioria das instituições possuem uma política de uso e têm bem definidas em suas políticas os aspectos considerados na hipótese. Quanto aos aspectos tecnológicos, verificou-se que os repositórios utilizam o Dspace como plataforma de construção, mas não foi possível concluir se essa adesão se deve ao fato da instituição ter sido contemplada com kit tecnológico fornecido pelo IBICT ou se a escolha foi realizada baseada nos objetivos do repositório e nas vantagens da plataforma.

Com relação ao tipo de licença de direito autoral, notou-se que metade dos repositórios não utilizam a licença Creative Commons que é padrão do Dspace, e as que utilizam não forneceram informações que pudessem ser conclusivas no que se refere aos direitos que o autor permite ao depositar sua obra no repositório

A partir do resultado percebeu-se a necessidade de uma política de obrigatoriedade que estabeleça uma sanção aos autores que não publicarem seus trabalhos, tendo em vista que aplicação de algum tipo de sanção reduz a probabilidade do descumprimento do depósito. O fato de determinar que o depósito é obrigatório por se só não traz a certeza do cumprimento do dever por parte do autor. Também se observou que é importante estipular um prazo para depósito cujo propósito é o mesmo da sanção que é garantir o povoamento do repositório, mas que neste caso pode permitir um monitoramento do material que deveria ser publicado.

Diante do exposto é possível concluir que as instituições observam os pressupostos levantados na hipótese e que de forma geral a pesquisa cumpriu o seu objetivo que era compreender o conceito de repositório, analisar a tomada de decisões com relação aos elementos necessários para a

implantação dos repositórios, analisar as políticas de funcionamento, assim como as de conteúdo, mandatória e de submissão.



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). Universidades: **Nordeste**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/universidades/nordeste/>. Acesso em: 14 out. 2020.

ÁVILA, Bruno Tenório; SILVA, Milena; CAVALCANTE, Leonice. Uso de repositórios digitais como fonte de informação por membros das universidades federais brasileiras. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 97-120, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/92863>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BAGGIO, Cláudia Carmem. **Análise das políticas de informação dos repositórios institucionais das universidades federais do Brasil**. 2016, 352 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiFqPrfvarrAhVZF7kGHW0tBekQFjAAegQIBhAB&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ufsc.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F123456789%2F174712%2F345787.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&usg=AOvVaw3Xu1O7n6jbN-34sXPiH7YZ>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BAPTISTA, Ana Alice; COSTA, Sely Maria de Souza; KURAMOTO, Hélio; RODRIGUES, Eloy. Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2007. Acesso em: 07 jul. 2020.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; INOMATA, Danielly Oliveira; GALVES, Jeane Macelino. **A ciência aberta e seus impactos na Região Norte do Brasil**, Manaus: Edua, 2019, 317 p. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiksMuCrrLsAhWNCrkGHV3eDQIQFjAAegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ufra.edu.br%2Fjspui%2Fbitstream%2F123456789%2F928%2F1%2FA%2520Ciencia%2520aberta%2520na%2520Regi%25C3%25A3o%2520Norte.o.pdf&usg=AOvVaw0aVhqDssZ7Z9KRcfIHDMRM>. Acesso em: 13 out. 2020.

BORGES, Leandro da Conceição; CASTRO, Andressa Gonçalves; SILVA, Diego Martins Aragão da; VASCONCELLOS, Bruna Beltrão Belinato de; VITELLO, Barbara Christian. Potencialidades dos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras: apontamentos sobre software, equipe, manual, tutorial e política. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 245-265, maio/ago., 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54792>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CARTA de fundação e estatuto da Universidade Federal do Sul da Bahia. Itabuna: Porto Seguro: Teixeira de Freitas: UFSB, 2013, 40 p. Disponível em: <https://www.ufsb.edu.br/a-ufsb/apresentacao-ufsb>. Acesso em: 03 set. 2020.

CHALHUB, Tania; BENCHIMOL, Alegria; GUERRA, Claudia. Acesso livre via repositórios: políticas de instituições brasileiras. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. esp. 2, p.159-173, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p159>. Acesso em: 26 ago. 2020.

COCCO, Ana Paula; RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Repositórios institucionais de acesso aberto: cenário nos países ibero-americanos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 111-120, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/91039>. Acesso em: 01 mar. 2020.

COSTA, Sely Maria de Souza. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006. Acesso em: 14 jul. 2020.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando Cesar Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luís Fernando. et al. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

CREATIVE COMMONS BRASIL. **Sobre as licenças**. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>. Acesso em: 11 set. 2020.

FONSECA, Thaíssa Lage Matias da; SILVA, Maria Helena Ferreira Xavier da. **Publicações digitais**. Niterói: UNIVERSO, 2016. 128 p.

FREITAS, Marília; LEITE, Fernando. Proposição de diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto baseada na visão de diferentes atores do sistema de comunicação científica. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 53, p. 96-109, set./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p96/37380>. Acesso em 09 jun. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002, 175 p.

GOMES, Anilza Rita de Souza; ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia. Análise das políticas de funcionamento de repositórios institucionais brasileiros. **PontodeAcesso: revista do instituto de ciência da informação da UFBA**, Salvador, v.11, n.1, p. 81-94, abr. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/21342>. Acesso em: 07 out. 2020.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Ciência aberta e livre acesso à informação científica: tão longe, tão perto. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [s.l.], V.8, n. 2, p. 159- 152, jun., 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/download/627/1267>. Acesso em: 8 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Manifesto brasileiro de apoio ao livre acesso à informação científica**. [s.l.]: [s.n.], [2005]. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Repositórios digitais: **Histórico**. Disponível em: <https://ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais#historico>. Acesso em: 20 ago.2020.

JANKEVICIUS, José Vitor. A pesquisa científica e as funções da Universidade. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina**, v.16, n. 2, p. 328-330, jun., 1995. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/download/7056/6254>. Acesso em: 12 set. 2020.

KURAMOTO, Hélio. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luís Fernando. *et al.* (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203-217 Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

LEITE, Fernando; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá; COSTA, Michelli. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. 34 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luís Fernando. *et al.* (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-19. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

MURIEL-TORRADO, Enrique; PINTO, Adilson Luiz. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis? **Biblios**, Pittsburgh, n. 71 abr./jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-47302018000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 out. 2020.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35 n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2020.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; SILVA, Edilene Maria da. Ciência aberta: dimensões para um novo fazer científico. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 5 – 39, maio/ago., 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27666>. Acesso em: 07 jul. 2020.

OLIVEIRA, Jaury Nepomuceno. **Acesso livre e direito de autor: a comunicação científica eletrônica na ciência da informação no Brasil e em Portugal**. Orientadora: Prof^a Dr^a Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro, 2013. 341 f.: il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/671/1/oliveira2013.pdf>, Acesso em: 05 out. 2020.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão-GO: UFG, 2011, 72 p. il. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjSwO2tsrLsAhVJJrkGHbdgA9kQFjAAegQIBRAC&url=https%3A%2F%2Ffiles.cercomp.ufg.br%2Fweby%2Fup%2F567%2Fo%2FManual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf&usg=AOvVaw00HvBdS_NSda7EorKk52Hn. Acesso em: 13 out. 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [Rio de Janeiro], v. 8, n. 2, p. 153- 165, jun., 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/629/1269>. Acesso em: 08 ago. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Alagoas: período 2019-2023. Maceió: UFAL, 2019, 360 p. Disponível em: <https://pdi.ufal.br/pdi-2019-2023>. Acesso em: 07 set. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional da Universidade Federal da Bahia: 2018-2022. Salvador: UFBA, 2017, 164 p. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjulJKitMrrAhWFHbkGHctGCH4QFjAAegQIBxAB&url=https%3A%2F%2Fproplan.ufba.br%2Fdocumentacao-legislacao%2Fpdi&usg=AOvVaw1nhyZBnESAxn231Qauo1Bb>. Acesso em: 02 set. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional Universidade Federal do Oeste da Bahia: 2019-2023. Barreiras, BA: UFOB, 2019, 80 p. Disponível em:

<https://pdi.ufob.edu.br/consulta-pdi>. Acesso em: 03 set. 2020.

PLANO de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Campina Grande: 2015 – 2019. Campina Grande, PB: UFCG, 2014, 152 p. Disponível em: <https://pre.ufcg.edu.br/pre/component/phocadownload/category/9-legislacao-ufcg?download=14:plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 29 ago. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira: 2016-2021. [s.l.]: UNILAB, 2015, 78 p. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj31caCgrTsAhXwH7kGHQuvAVsQFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.unilab.edu.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F02%2FAnexo-da-Resolu%25C3%25A7%25C3%25A3o-11-2016-PDI-2016-2021.pdf&usg=AOvVaw3LPI8XBBsYNeJ3bt34-rix>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PLANO de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Maranhão: 2017-2021. São Luís, MA: UFMA, 2017, 121 p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiZxqG7wcHrAhUllbkGHfbHAHAQFjAAegQIAxAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ufma.br%2FportalUFMA%2Farquivo%2FpuwEW8dc9aoshs4.pdf&usg=AOvVaw1pNFxt4HBo_poLxOQyZteD. Acesso em: 29 ago. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional da Universidade Federal do Piauí: 2020-2024. Teresina: UFPI, 2020, 359 p. Disponível em: https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: 2019-2030. [s.l.]: UFRB, 2018, 127 p. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pdi/pdi-2019-2030>. Acesso em: 03 set. 2020.

PLANO de desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 2010-2019. Natal: UFRN, 2010, 48 p. Disponível em: <https://www.ufrn.br/resources/documentos/pdi/PDI-2010-2019-final.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Sergipe: 2016-2020. [São Cristóvão, SE]: UFS, 2014, 113 p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiP2fzu2sjrAhXaF7kGHdnDCYIQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Foficiais.ufs.br%2Fuploads%2Fpage_attach%2Fpath%2F1005%2FPDI-UFS_2016-2020__1_-min.pdf&usg=AOvVaw3RUqn1P0Zz_e4ZzL-_9JRh. Acesso em: 01 set. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina: UNIVASF, 2016, 108 p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiwkZD3mccrAhUEFbkGHQ7_AM0QFjAAegQIARAB&url=https%3A%2F%2Fportais.univasf.edu.br%2Fpdi%2Fpdi-univasf%2Fpdi-

univasf-2016-2025&usg=AOvVaw3Du8vCCApF64C2DSyVpGR9. Acesso em: 02 set. 2020.

PLANO de desenvolvimento institucional Universidade Federal Rural de Pernambuco: 2013-2020. Recife: UFRPE, 2017, 203 p. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/pdi-ufrpe-2013-2020-revisado-est%C3%A1-dispon%C3%ADvel-para-consulta-p%C3%ABblica-participe>. Acesso em: 09 set. 2020.

PLANO de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal Rural do Semi-Árido: 2015 – 2020. Mossoró, RN: UFERSA, 2015, 103 p. <https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2020/08/pd1-2015-2020-3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

REDE NORDESTE DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS. **Regimento da rede nordeste de repositórios digitais**. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/wiki/doku.php?id=start>. Acesso em: 27 ago. 2020.

RIBEIRO JUNIOR, Divino Ignácio. Repositórios de dados para E-Science: Open Data, Linked Data e suas tecnologias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42 n. 2, p. 274-284, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1386>. Acesso em: 4 abr. 2020.

RODRIGUES, Eloy. C8 – D28 kit de políticas open access. **RCAAP- Repositório científico de acesso aberto de Portugal**. 2009, 34 p. Disponível em: <https://docer.pl/doc/xvsxv1e->. Acesso em: 18 nov. 2020.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira; RODRIGUES, António Moitinho. Avaliação da eficácia da “política mandatária” em repositórios: um estudo de caso no Instituto Politécnico de Castelo Branco – Portugal. **A.to.z: novas práticas em informação e conhecimento**. Curitiba, v. 3, n. 1, p. 60-64, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41335>. Acesso em: 10 out. 2020.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira; RODRIGUES, António Moitinho. Os autores e o repositório científico – estudo de caso. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. V.8, n. 2, p. 107-121, jun., 2014 Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/619/1585>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ROSA, Flavia; MEIRELLES, Rodrigo França; PALACIOS, Marcos. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Informação & Sociedade :Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 129-141, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1590>. Acesso em: 20 out. 2020.

ROSA, Flávia Garcia; TOUTAIN, Lídia Brandão. Apresentação. In: SAYÃO, Luís Fernando. et al. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 7-8. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

SANTOS, Davilene Souza; ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. Verificação dos repositórios institucionais contemplados no projeto piloto do edital FINEP/IBICT/2009. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS E REPOSITÓRIOS DIGITAIS DA AMÉRICA LATINA (BIREDIAL-ISTEC). 9., 2019, São Paulo. **Anais das sessões temáticas**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjN5ISfgqrrAhUolrkGHdzhCw4QFjAHegQICAB&url=http%3A%2F%2Fsedici.unlp.edu.ar%2Fbitstream%2Fhandle%2F10915%2F86320%2FDocumento_completo.pdf-PDFA.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&usg=AOvVaw18UXLr1frZD6sOAOUHQcvz. Acesso em: 20 ago. 2020.

SAYÃO, Luís Fernando. O papel dos repositórios digitais na curadoria de dados de pesquisa. In: VECHIATO, Fernando. et al. **Repositórios digitais: teoria e prática**. Curitiba: EDUTFPR, 2017. p.143-165. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2495/12/repositoriosdigitasteoriapratica.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SAYAO, Luís Fernando; MARCONDES Carlos Henrique. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luís Fernando. et al. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 23-54. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

SOUZA, Maria Naires Alves de; COSTA, Rosane Maria Costa. A informação científica de acesso aberto na Universidade Federal do Ceará: contribuições da biblioteca universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27.,2017. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. v. 13, n. esp. p. 961-977, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/791>. Acesso em: 30 out.2020.

SOUZA, Maria Naires Alves de; PAES, Denyse Maria Borges; FERNANDES, Rafael Gomes; RIOS, Francisco Welton Silva. Acesso aberto à informação científica e direito autoral: ações e contradições. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. esp., p.55-64, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39609>. Acesso em: 04 out. 2020.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf> Acesso em: 31 mar. 2020.

TORINO, Emanuelle. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: VECHIATO, Fernando. et al. (org.). **Repositórios digitais teoria e prática**. Curitiba: EDUTFPR, 2017. p. 93-114. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2495/12/repositoriosdigitais teoria pratica.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. **História**. Disponível em: <http://ufape.edu.br/br/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 14 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Conheça a UFBA**. Disponível em: <https://www.ufba.br/histórico>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto e regimento geral**. Salvador, 2010, 109 p, Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Direitos conexos**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiMyZvbK_sAhVTKrkGHUx9CPQQFjAOegQIChAC&url=http%3A%2F%2Fwww.uece.br%2Fnit%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D399%26Itemid%3D57&usq=AOvVaw3REBUMvGg-9rkc9lgft7lj. Acesso em: 12 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Apresentação**. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/institucional/apresentacao>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Conheça a UFCG**. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/conheca-a-ufcg.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Apresentação e história**. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/apresentacao-e-historia/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **A Universidade**. Disponível em: <http://www.ufc.br/a-universidade>. Acesso em: 27 ago. 2020.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Sobre a UNILAB**. Disponível em: <http://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **História**. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Histórico**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/apresentacao/historico>. Acesso em: 27 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **A instituição**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/a-instituicao>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Institucional**. Disponível em: <https://www.ufpi.br/institucional-ufpi>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA. História da UFOB. **Instituição**. Disponível em: <https://www.ufob.edu.br/a-ufob/item/109>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Notícias**. Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/16821-livros-trazem-hist-ria-da-ufs->. Acesso e: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. [s.l.]: UFRB, 2005, 20 p. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/images/legislacao/Estatuto-UFRB.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

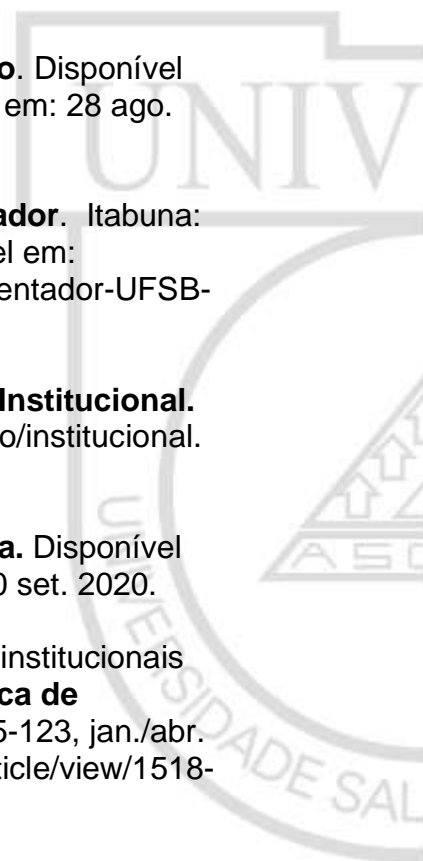
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. **Apresentação**. Disponível em: <https://www.ufsb.edu.br/a-ufsb/apresentacao-ufsb>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. **Plano orientador**. Itabuna: Porto Seguro: Teixeira de Freitas: UFSB, 2014, 87 p. Disponível em: <https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Institucional**. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/acessoainformacao/institucional>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **História**. Disponível em: <https://reitoria.ufersa.edu.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 set. 2020.

WEITZEL, Simone da Rocha. O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 24, n. 54, p. 105-123, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p105/38092>. Acesso em: 18 maio 2020.



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Seção 1 de 5

Repositórios Institucionais da Região Nordeste

Este questionário tem como objetivo conhecer as políticas de funcionamento e de informação dos RIs das Universidades Federais do Nordeste para fomentar o meu trabalho de conclusão do Curso para Biblioteconomia EAD / Universo.

Responsável: Elizângela Cristina da Silva Andrade

Contato:
E-mail: elifadeed@hotmail.com
Fone: 87-999283316

Seção 2 de 5

...

Descrição (opcional)

1. Instituição *

Texto de resposta curta

2. Desde quando o repositório é utilizado *

Texto de resposta curta

3. Qual plataforma utilizada para construção e manutenção do repositório *

- Dspace
- EPrints
- WEKO
- Bepress
- islandora
- CONTENTdm
- OPUS
- HAL
- Dlibra
- CKAN
- Dataverse
- Fedora
- MySQL
- Outros...

4. Metadados utilizados para descrição da informação *

- Machine Readable Catalogin (MARC)
- Dublin Core (DC)
- Learning Object Metadata(LOM),
- Metadata Object Sescription Standard (MODS),
- Metadata Encoding & Transmission
- Standard (METS),
- Outros...

5. Formas de povoamento *

- Autodepósito
- Depósito mediado
- Autodepósito e depósito mediado
- Importação de dados

6. Qual tipo de documento é depositado no repositório *

- Teses e dissertações
- Artigos científicos publicados em revista científica com avaliação por pares
- Relatórios
- Monografias
- Livros e capítulos de livros
- Documentos institucionais
- Outros...



7. Qual formato é disponibilizado o material depositado no repositório *

- PDF
- Vídeo
- Imagem
- Áudio
- Outros...

8. É apresentado um link de acesso ao repositório na página principal do site da instituição *

- Sim
- Não

9. Possui sistema de alerta de novas publicações para usuários cadastrados *

- Sim
- Não

10. Possui estatísticas de visitas e downloads *

- Sim
- Não



11. Licença de uso utilizada para depósito *

- CC BY
- CC BY-SA
- CC BY-ND
- CC BY-NC
- CC BY-NC-SA
- CC BY-NC-ND
- Outros...

12. O repositório possui uma política de uso *

- Sim
- Não

13. O repositório possui uma política de obrigatoriedade de depósito produção acadêmica da instituição *

- Sim
- Não



Seção 3 de 5

...

Descrição (opcional)

14. Existe alguma sanção quanto ao descumprimento do depósito do material no repositório *

Sim

Não

Seção 4 de 5


...

Descrição (opcional)

15. Tipo de depósito *

Compulsório/ obrigatório

Depósito voluntário



16. Existe um prazo definido para depósito do material no repositório *

Sim

Não

Após a seção 4 Continuar para a próxima seção

Seção 5 de 5

...

>< ⋮

Descrição (opcional)

17. O prazo definido para depósito *

1 a 3 meses

3 a 6 meses

6 a 12 meses

Outros...

ANEXO A – MODELO DE POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO PROPOSTA PELO IBICT

MODELO DE POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO

A <Universidade XXXX>/ <o Instituto XXXX> considerando a necessidade de:

- preservar a produção científica desta Instituição;
- ampliar a visibilidade da produção científica desta Instituição;
- potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições;
- acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas;
- ampliar o acesso à sua produção científica;
- facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;
- otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição;

reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica desta Instituição⁶. Assim, para atender a estas necessidades, o <reitor>/<diretor> da <Universidade XXXX>/<Instituto XXXX> estabelece o seguinte:

- que a <biblioteca central desta instituição> / <qualquer outra unidade da instituição> fica encarregada do desenvolvimento, implantação e manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI;
- que este RI desenvolvido e alimentado pela nossa comunidade científica institucional⁷ será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;
- que este RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.
- que a comunidade científica institucional faça publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação, o depósito de artigos publicados (pos-prints⁸) em repositórios de acesso livre;
- que o aludido depósito citado no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;



- que na impossibilidade de realização do depósito devido à cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja aquela versão que foi submetida à revista científica (pre-prints⁴), assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou.
- que fica desobrigado de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- que ficam desobrigados de depósito no RI, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;
- que ficam desobrigados de depósito no RI os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;
- que todos os documentos que não se enquadrarem nos itens iv, v e vi e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, à exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no RI;
- que de maneira a facilitar o povoamento do RI, a <biblioteca central desta instituição> / <qualquer outra unidade desta instituição> poderá promover o registro da produção científica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Figura 1 - Fonte: KURAMOTO (2009, p. 214-215).

